



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO**

**PROCESSO SELETIVO 2017
ANEXO III dos EDITAIS – MESTRADO E DOUTORADO
Referências Temáticas e Bibliográficas**

Instruções gerais: Em cada área de estudo, as referências temáticas correspondem a pontos numéricos previamente indicados neste Anexo, a serem objeto de sorteio, em sessão pública, na fase da prova escrita do Processo Seletivo (item IV do Editais – Mestrado e Doutorado). As referências bibliográficas são apresentadas de modo meramente sugestivo, sem limitar ou vincular a preparação e estudos do candidato ou a avaliação a ser realizada pela Banca Examinadora.

LINHA DE PESQUISA 1

PODER, CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

Área de Estudo: P-01 - Justiça Tributária e Segurança Jurídica

Referências temáticas

- 1) Os princípios ordenadores do Direito Tributário. Federalismo e Estado Democrático de Direito. Reflexos no sistema tributário nacional. As imunidades como limitações constitucionais ao poder de tributar. Direitos e garantias constitucionais do contribuinte. Segurança e Igualdade. A capacidade econômica.
- 2) Metodologia do Direito Tributário. O modo de pensar por meio de conceitos. O modo de pensar por meio de tipos. A prevalência do modo de pensar por meio de conceitos e a prevalência dos princípios constitucionais no Direito Tributário. A estrutura lógica das normas jurídicas. A hipótese e a consequência das normas tributárias e seus aspectos ou critérios. Normas, regras e princípios. Ponderação de princípios no Direito Tributário. Interpretação, integração e aplicação da legislação tributária.
- 3) Competência tributária. Discriminação constitucional e modalidades. Conflitos de competência; soluções constitucionais; o papel das leis complementares e das resoluções do Senado Federal.
- 4) O conceito de tributo e as espécies tributárias. A teoria geral dos impostos, das taxas e das contribuições.
- 5) Receitas originárias. Preços Públicos. Participação de um ente estatal no produto de arrecadação de tributo de competência alheia.
- 6) A proteção da confiança e a irretroatividade do Direito Tributário, em relação aos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. A boa fé. Soluções consensuais no Direito Tributário. Transação administrativa e transação tributária. A democratização da Administração Tributária.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

PROCESSO SELETIVO 2017
ANEXO III dos EDITAIS – MESTRADO E DOUTORADO
Referências Temáticas e Bibliográficas

- 7) O Procedimento Administrativo e o devido processo legal. Poder de Polícia Fiscal: conceito, meios, atributos, características, formas de atuação, limites. Manifestações do poder de polícia fiscal. Administração Tributária: atribuições da fiscalização. Prerrogativas da autoridade administrativa. Dívida ativa de créditos tributários: procedimento, inscrição, execução. A Repressão ao ilícito tributário. Multas, penalidades pecuniárias e garantias do contribuinte.
- 8) As relações econômicas internacionais, sua regulação e os efeitos na seara tributária. Principais atores globais transnacionais em matéria de regulação econômica e tributária: forma de atuação. Iniciativas harmonizadoras da tributação no ambiente global. Processo de produção, negociação e interiorização das normas que regulam o sistema econômico e tributário internacional. Mecanismos de solução de controvérsias entre os países. Governança tributária global. Implicações das limitações gerais externas ao exercício da atividade legislativa dos Estados soberanos em matéria tributária. Pluritributação internacional. Tributação do comércio eletrônico. Propostas de taxa global e seus possíveis reflexos.
- 9) As estratégias de simplificação e praticidade. Presunções e ficções no Direito Tributário. A aplicação da lei “em massa” e suas consequências para a igualdade e equidade.
- 10) Tributos sobre o consumo. Não cumulatividade. Tributação sobre a herança e sobre a renda. Outros tributos e a ideia de Justiça tributária. Tributação e desigualdade social. A tributação e o combate à pobreza.

Referências Bibliográficas (preferência para edições mais recentes)

BATISTA JÚNIOR, Onofre Alves. *O outro leviatã e a corrida ao fundo do poço*. São Paulo: Almedina, 2015.

BATISTA JÚNIOR, Onofre Alves. *Poder de polícia fiscal*. Belo Horizonte: Mandamentos.

BATISTA JÚNIOR, Onofre Alves. Por que a guerra fiscal? Os desafios do Estado na modernidade líquida. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. v.102, p. 305 - 341, 2011.

BATISTA JÚNIOR, Onofre Alves. *Transações Administrativas*. São Paulo: Quartier Latin.

BATISTA JÚNIOR, Onofre Alves. *O outro Leviatã e a Corrida ao Fundo do Poço*. Coimbra: Almedina, 2015.

CHANG, Ha-Joon. *23 coisas que não nos contaram sobre o capitalismo*. São Paulo: Cultrix.

DERZI, Misabel Abreu Machado. Guerra fiscal, Bolsa Família e Silêncio (Relações, efeitos e regressividade). In. *Revista Jurídica da Presidência*. Brasília: Centro de Estudos Jurídicos da Presidência, v. 16, n. 108, Fev./ Mai. 2014, p. 39-64. Disponível em:

<<https://www4.planalto.gov.br/revistajuridica/vol-16-n-108-fev-maio-2014/menu->



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

PROCESSO SELETIVO 2017
ANEXO III dos EDITAIS – MESTRADO E DOUTORADO
Referências Temáticas e Bibliográficas

vertical/artigos/artigos.2014-05-28.1926333239>.

DERZI, Misabel Abreu Machado. *Direito Tributário Brasileiro*. Atualização da obra de Aliomar Baleeiro, Rio de Janeiro, Forense.

DERZI, Misabel Abreu Machado. *Direito tributário, direito penal e tipo*. São Paulo: Revista dos Tribunais.

DERZI, Misabel Abreu Machado. *Limitações constitucionais ao poder de tributar*. Atualização da obra de Aliomar Baleeiro. Rio de Janeiro: Forense.

DERZI, Misabel Abreu Machado. *Modificações da jurisprudência no Direito Tributário: proteção da confiança, boa fé objetiva e irretroatividade como limitações constitucionais no poder judicial de tributar*. São Paulo: Noeses.

DERZI, Misabel de Abreu Machado. (Coord.) *Separação de poderes e efetividade do sistema tributário*. Belo Horizonte: Del Rey.

MOREIRA, André Mendes. *A Não-Cumulatividade dos Tributos*, 2ª ed. São Paulo: Noeses, 2012.

MOREIRA, André Mendes e RIBEIRO, Jamir Calili. *Metodologia do Direito Tributário e o Modo de Raciocinar por Tipo e por Conceitos*. In: Sacha Calmon Navarro Coelho. (Org.). *Segurança Jurídica*. Rio de Janeiro: GEN-Forense, 2013, v. 1, p. 517-538.

MURPHY, Liam; NAGEL, Thomas. *O mito da propriedade. Os impostos e a justiça*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

Área de Estudo: P-02 – Teoria Constitucional, Direitos Humanos e Instituições Democráticas.

Referências temáticas

- 1) As Teorias Interpretativas do direito e a legitimidade das decisões judiciais no constitucionalismo contemporâneo.
- 2) Os fundamentos político-filosóficos do constitucionalismo e a controvérsia sobre a legitimidade da jurisdição constitucional. O Debate entre o "constitucionalismo jurídico" e o "constitucionalismo político".
- 3) A dignidade da legislação e a (i)legitimidade da jurisdição constitucional nos sistemas jurídicos democráticos.
- 4) Transconstitucionalismo e as conversações constitucionais como pontes de transição.
- 5) Com e contra o empirismo judicial, o pragmatismo e o movimento anti-teórico no direito.
- 6) Direito e igualdade política no liberalismo igualitário.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

PROCESSO SELETIVO 2017
ANEXO III dos EDITAIS – MESTRADO E DOUTORADO
Referências Temáticas e Bibliográficas

- 7) As teorias dos diálogos institucionais e as novas experiências de desenhos institucionais no Direito Comparado.
- 8) Ética, Direitos Humanos e Democracia.
- 9) Liberdade de expressão, discurso do ódio e o papel da religião na política.
- 10) Teorias da justiça, democracia e mercado.

Referências bibliográficas

BELLAMY, R (2007). *Political Constitutionalism: A Republican Defence of the Constitutionality of Democracy*. Cambridge: Cambridge University Press.

BROCHADO, M. "Ética e as relações entre estado, política e cidadania". *Cad. Esc. do Legislativo*, Belo Horizonte, vol 12, n 19, p 57-82, julho-dezembro 2010.

BUSTAMANTE, T. R. "On the Difficulty to Ground the Authority of Constitutional Courts: Can Strong Judicial Review be Morally Justified?". in Bustamante, Thomas e Fernandes, Bernardo (orgs.) *Democratizing Constitutional Law*. Heidelberg: Springer, 2016 (no prelo). Disponível para download em http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2617111.

DWORKIN, Ronald. *A virtude soberana: a teoria e a prática da igualdade*. Trad. de Jussara Simões. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

DWORKIN, Ronald. *Justice for Hedgehogs*. Cambridge, MA, Belknap, 2013

FERNANDES, B. G. A. "Os Passos da Hermenêutica: Da Hermenêutica à Hermenêutica Filosófica, da Hermenêutica Jurídica à Hermenêutica Constitucional e da Hermenêutica Constitucional à Hermenêutica Constitucionalmente adequada ao Estado Democrático de Direito". In: Bernardo Gonçalves Fernandes. (Org.). *Interpretação Constitucional: Reflexões sobre (a nova) Hermenêutica*. 01ed.Salvador: Jus Podivm, 2010, v. 01, p. 7-101.

GARDBAUM, S. (2013) *The New Commonwealth Model of Constitutionalism*. Cambridge: Cambridge University Press.

KYMLICKA, Will. *Filosofia política contemporânea*. Trad. de Luís Carlos Borges. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

MENDES, Conrado Hubner. (2011). *Direito Fundamentais, Separação de Poderes e Deliberação*. São Paulo: Saraiva.

NEVES, M (2011). *Transconstitucionalismo*. São Paulo: Martins Fontes.

POSNER, R (2002). *The Problematics of Moral and Legal Theory*: Cambridge, MA: Harvard University Press.

RAWLS, John. *Justiça como equidade: uma reformulação*. Trad. de Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2003.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

PROCESSO SELETIVO 2017
ANEXO III dos EDITAIS – MESTRADO E DOUTORADO
Referências Temáticas e Bibliográficas

VERMEULE, A. (2006). *Judging under Uncertainty*. Cambridge, MA: Harvard.

WALDRON, J (1999). *Law and Disagreement*. Oxford: OUP.

ZANITELLI, Leandro Martins (2015). "Equitativa suficiência de oportunidades". *Quaestio Iuris*, v. 8, p. 162-185, 2015.

Área de Estudo: P-03 - Direito Penal Contemporâneo

Referências temáticas

- 1) O modelo constitucionalmente orientado de direito penal: princípios constitucionais em matéria penal.
- 2) Relações do direito penal com outros ramos da ciência jurídica: Direito constitucional, administrativo, internacional, econômico, tributário. As ciências penais: filosofia do Direito penal, criminologia (antropologia criminal, sociologia criminal, psicologia criminal, etc), sociologia jurídico-penal, política criminal.
- 3) Teoria da norma penal.
- 4) Conceitos de crime. O conceito analítico do crime: evolução e variações.
- 5) Os principais sistemas da teoria do delito: sistemas causais, finalista. Funcionalismo.
- 6) Tipicidade e causas de sua exclusão.
- 7) Bem jurídico e imputação objetiva.
- 8) Ilicitude penal e causas de sua exclusão.
- 9) Culpabilidade e causas de sua exclusão.
- 10) Direito penal e sanções penais. Sanção penal e sanção administrativa. Das medidas de segurança. Execução penal.

Referências bibliográficas

BATISTA, Nilo. ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *Direito penal brasileiro*. Rio de Janeiro, Revan, 2003, v.I.,2010, v.II, I.

BRODT, Luís Augusto Sanzo. *Da consciência da Ilicitude no Direito Penal Brasileiro*. Belo Horizonte:



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

PROCESSO SELETIVO 2017
ANEXO III dos EDITAIS – MESTRADO E DOUTORADO
Referências Temáticas e Bibliográficas

Del Rey, 1996.

----- . *Do estrito Cumprimento de Dever Legal*. Porto Alegre: Sergio Fabris,

DIAS, Jorge de Figueiredo. *Direito penal*; parte geral. São Paulo: Coimbra e Revista dos Tribunais, 2007.

FERRAJOLI, Luigi. *Direito e razão*; teoria do garantismo penal. Trad. Ana Paula Zomer Sica. Fauzi Hassan Choukr, Juarez Tavares e Luiz Flávio Gomes. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

RAMACCI, Fabrizio. *Corso di diritto penale*. 5ª. ed., Torino: Giappichelli, 2007

ROXIN, Claus. *Derecho Penal*; parte general. Fundamentos. La estructura de la teoría del delito. Trad y notas. Diego-Manuel Luzón Peña, Miguel Díaz y García Conlledo e Javier de Vicente Remesal. Madrid: Civitas, 2000, Tomo I, p.203.

SALES, Sheila Jorge Selim de e PIRES, Ariosvaldo de Campos. Alguns movimentos político-criminais da atualidade. In: *Revista do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais*. São Paulo: RT, 2003, v. 42, p. 295-306.

SALES, Sheila Jorge Selim de. *Escritos de direito penal*. 2ª. ed., Belo Horizonte: Del Rey, 2005.

----- . *Dos tipos plurissubjetivos*. Belo Horizonte: Del Rey, 1997.

----- . *Do sujeito ativo*; na parte especial do código penal. Belo Horizonte: Del Rey, 1993.

SANTOS, Juarez Cirino dos. *A moderna teoria do fato punível*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2000.

----- . *Teoria da pena*; fundamentos políticos e aplicação judicial. Curitiba: Lumen Juris, 2005.

SILVA SÁNCHEZ, Jesús María. *A expansão do direito penal. Aspectos da política criminal nas sociedades pós-industriais*. Trad. Luiz Otávio de Oliveira Rocha. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

TAVARES, Juarez. *Teoria do injusto penal*. Belo Horizonte: Del Rey, 2000.

----- . *Teorias do delito*: variações e tendências. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1980.

Área de Estudo: P-04 - Direito e Administração Pública

Referências temáticas

1) ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DIREITO ADMINISTRATIVO: PROLEGÔMENOS -

PROCESSO SELETIVO 2017
ANEXO III dos EDITAIS – MESTRADO E DOUTORADO
Referências Temáticas e Bibliográficas

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: Conceito, natureza e fins. Funções do Estado. Administração Pública como organização e como atividade. Administração Pública e Governo. A Administração Pública e os regimes jurídicos público e privado. Poderes da Administração. Evolução da Administração Pública. Reformas administrativas no Brasil.- DIREITO ADMINISTRATIVO: Conceito. Fontes. Evolução histórica. Direito Administrativo no Brasil.- REGIME JURÍDICO-ADMINISTRATIVO: Relação jurídico-administrativa. Princípios Constitucionais do Direito Administrativo (expressos e implícitos).

2) ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E ENTES DE COLABORAÇÃO - ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA: Desconcentração de competências. Descentralização política e administrativa. Administração Direta e Indireta. Autarquias, empresas estatais e fundações: conceito, natureza e regime jurídico, características, controle. Agências reguladoras e executivas. Consórcios públicos. Evolução e tendências da organização administrativa. - ENTIDADES PARAESTATAIS E TERCEIRO SETOR: Conceitos. Serviços sociais autônomos. Entidades de apoio. Organizações Sociais. Organizações da sociedade civil de interesse público. Contratos de gestão. Organização da Sociedade Civil: termos de fomento e de colaboração. (Lei 13.019).

3) AGENTES PÚBLICOS - Espécies. Cargo, emprego e função. Regime constitucional dos servidores públicos. Responsabilidade do agente público: responsabilidade civil, penal e administrativa; responsabilidade por improbidade administrativa.

4) ATIVIDADE ADMINISTRATIVA - ATO ADMINISTRATIVO: Conceito, requisitos, elementos, atributos, classificações. Perfeição, validade e eficácia. Extinção. Vinculação e discricionariedade.- PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO: Conceito, requisitos, importância, objetivos, fases, espécies, fundamentos constitucionais.

5) LICITAÇÃO E CONTRATO ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO: Conceito, finalidades, princípios, modalidades, procedimento licitatório, anulação e revogação, recursos Administrativos. - CONTRATO ADMINISTRATIVO: Conceito, características, modalidades, extinção.

6) SERVIÇO PÚBLICO E INTERVENÇÃO DO ESTADO NO DOMÍNIO ECONÔMICO - Conceito de serviço público. Serviço público e outras atividades da Administração: distinção. Intervenção do Estado no domínio econômico. Limites constitucionais para a caracterização de um serviço como público. Direitos dos usuários.- Concessões e permissões de serviço público e seus regimes jurídicos. Poderes, deveres e direitos do delegante, do delegatário e dos usuários. Política tarifária. Extinção da concessão e da permissão. Parcerias público-privadas.

7) PODER DE POLÍCIA- Conceito. Fundamentos. Características. Distinção frente a institutos afins.

8) ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E PROPRIEDADE- DOMÍNIO PÚBLICO: Classificação dos bens públicos. Regimes jurídicos. Aquisição e alienação. Uso de bem público por particular.- INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PROPRIEDADE PRIVADA: Função social da propriedade. Ocupação temporária. Requisição. Limitação administrativa. Servidão administrativa. Tombamento. Desapropriação.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO**

**PROCESSO SELETIVO 2017
ANEXO III dos EDITAIS – MESTRADO E DOUTORADO
Referências Temáticas e Bibliográficas**

9) RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA- DIREITOS SUBJETIVOS PÚBLICOS E OBRIGAÇÕES PÚBLICAS: Conceito. Fontes. Lesão do direito do administrado por procedimento ativo ou omissivo da Administração. Situações contenciosas nascidas de violação dos direitos públicos subjetivos do administrado. Iniciativa de promover a apreciação judicial. Execução voluntária das obrigações públicas. Execução coativa: meios diretos e indiretos de coerção em via administrativa.- RESPONSABILIDADE EXTRA CONTRATUAL DO ESTADO: Fundamentos e características. Evolução da responsabilidade do Estado por atos administrativos. Causas excludentes e atenuantes da responsabilidade. Reparação do dano. Ação regressiva. Responsabilidade por atos legislativos e jurisdicionais.

10) CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA- Conceito, abrangência, controle interno e externo. Controle administrativo, legislativo e jurisdicional. A evolução do controle da Administração Pública no Brasil. Proteção aos direitos individuais, coletivos e difusos. Controle de gestão.

11) LEI ANTICORRUPÇÃO EMPRESARIAL- Contexto. Fundamentos. Discussão sobre sua constitucionalidade. Responsabilidade Objetiva. As infrações e as sanções. Processo Administrativo de Responsabilização. Acordo de Leniência. Análise comparativa com o acordo de leniência da Lei 12.529/11

12) PARCERIAS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA- Sentido amplo e parcerias em sentido limitado. Terceirização: limites, possibilidades, equilíbrio econômico financeiro, responsabilidades. Parcerias Público Privadas: contexto para surgimento. Contornos. Modalidades. Distribuição de riscos e equilíbrio econômico financeiro. Maiores questionamentos. Concessão e Permissão de serviços públicos: conceitos; distinções; justificativas; responsabilidade civil das concessionária; encampação e caducidade, subconcessão, transferência da concessão e contratação de terceiros.

Referências bibliográficas

ARAÚJO, Florivaldo Dutra de. Motivação e Controle do Ato Administrativo. 2ª ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2005.

ARAÚJO, Florivaldo Dutra de. Negociação Coletiva dos Servidores Públicos. Belo Horizonte: Fórum, 2011.

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. Curso de Direito Administrativo. 32ª ed. São Paulo: Malheiros, 2015.

BATISTA JÚNIOR, Onofre Alves. Princípio constitucional da eficiência administrativa. 2ª ed. Belo Horizonte: Fórum, 2012.

BATISTA JÚNIOR, Onofre Alves. Transações Administrativas. São Paulo: Quartier Latin, 2007.

BATISTA JÚNIOR, Onofre Alves; CASTRO, Sérgio Pessoa de Paula. (Org.). Tendências e Perspectivas do Direito Administrativo: Uma Visão da Escola Mineira. Belo Horizonte:



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO**

**PROCESSO SELETIVO 2017
ANEXO III dos EDITAIS – MESTRADO E DOUTORADO
Referências Temáticas e Bibliográficas**

Fórum, 2012.

BATISTA JÚNIOR, Onofre Alves; ARÊDES, Sirlene Nunes; MATOS, Frederico Nunes de (org.). Contratos Administrativos - Estudos em homenagem ao Professor Florivaldo Dutra de Araújo. Belo Horizonte: Fórum, 2014.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 29ª ed. São Paulo: Atlas, 2015.

CARVALHOSA, Modesto, Considerações sobre a Lei anticorrupção das pessoas jurídicas: Lei n. 12.846 de 2013. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

DAL POZZO, Antonio Araldo Ferraz. Lei Anticorrupção: apontamentos sobre a Lei nº 12.846/2013/ Antonio Araldo Dal Pozzo; Augusto Neves Dal Pozzo; Beatriz Neves Dal Pozzo; Renan Marcondes Facchinatto. Belo Horizonte: Fórum, 2014.

DIAS, Maria Tereza Fonseca. Acordos de leniência e a MP 703: medida necessária ou "incentivo" à corrupção empresarial?. Disponível em: <www.direitodoestado.com.br>. Acesso em 30 de abril de 2016.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 28ª ed. São Paulo: Atlas, 2015.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Parcerias na Administração Pública: Concessão, Permissão, Franquia, Terceirização, Parceria Público-Privada e Outras Formas. 10ª ed. São Paulo: Atlas, 2015.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella; MOTTA, Fabrício; FERRAZ, Luciano de Araújo. Servidores Públicos na Constituição de 1988. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2014.

FORTINI, Cristiana (org.). Servidor Público: Estudos em Homenagem ao Professor Pedro Paulo de Almeida Dutra. 2ª ed. Belo Horizonte: Fórum, 2013.

FORTINI, Cristiana. Contratos administrativos: franquias, concessão, permissão e PPP. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

FORTINI, Cristiana; PEREIRA, Maria Fernanda Pires de; CAMARÃO, Tatiana Martins da Costa. Processo Administrativo: Comentários à Lei nº 9.784/1999. 2ª ed. Belo Horizonte: Fórum, 2011.

FORTINI, Cristiana; Uma rápida comparação entre a Lei 12.846/13 e norte-americano foreign corrupt practices act (FCPA). Disponível em: <www.direitodoestado.com.br>. Acesso em 30 de abril de 2016.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO**

**PROCESSO SELETIVO 2017
ANEXO III dos EDITAIS – MESTRADO E DOUTORADO
Referências Temáticas e Bibliográficas**

FORTINI, Cristiana; VIEIRA, Ariana Sherman Moraes. Lei anticorrupção empresarial: os riscos de sua regulamentação e implementação. In: REPOLÊS, Maria Fernanda Salcedo; DIAS, Maria Tereza Fonseca (coord). O direito entre a esfera pública e a autonomia privada: transformações do direito público no ambiente democrático. Belo Horizonte: Fórum, 2015, p.161-184, v 2.

FORTINI, Cristiana Mecanismo de Controle Interno e Sua Matriz Constitucional. 1ª. ed. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2012. v. 01. 329p .

FORTINI, Cristiana Registro de Preços: análise da Lei 8.666/93, do Decreto Federal n 7.892/13 e de outros atos normativos. 2. ed. , 2014.

FORTINI, Cristiana. Terceirização: estudos em homenagem ao Professor Pedro Paulo de Almeida Dutra. 2. ed. , 2014.

FORTINI, Cristiana; PIRES, P. G. C. . Equilíbrio Econômico-Financeiro nos contratos de PPP. In: Marçal Justen Filho; Rafael Wallbach Schwind. (Org.). Parcerias público-privadas: reflexões sobre os 10 anos da Lei 11.079/2004. 1ed.Sao Paulo: Revista dos Tribunais, 2015, v. 1, p. 283-308.

FORTINI, Cristiana; PIRES, P. G. C. . O regime jurídico das parcerias voluntárias com as Organizações da Sociedade Civil: inovações da Lei n 13.019/2014. A&C. Revista de Direito Administrativo & Constitucional (Impresso), v. 1, p. 93, 2015.

MEDAUAR, Odete. O Direito Administrativo em Evolução. 2ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

MODESTO, Paulo (coord.). Nova Organização Administrativa Brasileira. 2ª ed. Belo Horizonte: Fórum, 2010.

MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. Mutações do Direito Administrativo. 4ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Renovar, 2010.

SEABRA FAGUNDES, Miguel. O Controle dos Atos Administrativos pelo Poder Judiciário. 8ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010. (ou 6ª ed. São Paulo: Saraiva, 1984.).

Área de Estudo: P-05 - Empresa no Mercado

Referências temáticas



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

PROCESSO SELETIVO 2017
ANEXO III dos EDITAIS – MESTRADO E DOUTORADO
Referências Temáticas e Bibliográficas

- 1) História do Direito Privado: formação do Direito Civil e do Direito Empresarial e sua inserção na ordem constitucional.
- 2) Direito das Obrigações: unidade ou dualidade?
- 3) Negócio jurídico, contrato e autonomia da vontade.
- 4) A pessoa jurídica e seu emprego no Direito Societário.
- 5) Dimensões pública e privada do mercado financeiro e de capitais.
- 6) Coisas e Direitos Reais.
- 7) Responsabilização subjetiva e objetiva do empresário.
- 8) Estabilidade e alteração do Direito Privado em face de novas tecnologias.
- 9) Crise econômico-financeira da pessoa: insolvência, falência e recuperação judicial.
- 10) Boa-fé no Direito Privado.

Referências bibliográficas

AZEVEDO, Antonio Junqueira de. *Negócio Jurídico*: existência, validade e eficácia. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

CAENEGEN, R. C. *Uma Introdução Histórica ao Direito Privado*. 2. ed. trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

CORRÊA-LIMA, Osmar Brina; LIMA, Sérgio Mourão Corrêa (Coord.). *Comentários à nova lei de falência e recuperação de empresas*. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

DE LUCCA, Newton; SIMÃO FILHO, Adalberto; LIMA, Cíntia Rosa Pereira de (Coord.). *Direito & Internet III*: Marco Civil da Internet – Lei nº 12.965/2014. São Paulo: Quartier Latin, 2015. t. I e II.

EIZIRIK, Nelson et. al. *Mercado de capitais e regime jurídico*. 2. ed., rev. e atual. Rio de Janeiro: RENOVAR, 2011.

FRANÇA, Erasmo Valladão de Azevedo e Novaes (Coord.). *Direito Societário Contemporâneo*. São



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

PROCESSO SELETIVO 2017
ANEXO III dos EDITAIS – MESTRADO E DOUTORADO
Referências Temáticas e Bibliográficas

Paulo: Quartier Latin, 2009 e 2015. v. I e II.

GONÇALVES NETO, Alfredo de Assis. *Direito de Empresa*: Comentários aos artigos 966 a 1.195 do Código Civil. 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

MARTINS-COSTA, Judith. *A boa-fé no Direito Privado*: critérios para sua aplicação. São Paulo: Marcial Pons, 2015.

SALOMÃO FILHO, Calixto. *Novo Direito Societário*. São Paulo: Malheiros, 2011.

SALOMÃO NETO, Eduardo. *Direito bancário*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

ZENATI-CASTAING, Frédéric. REVET, Thierry. *Les biens*. 3. ed. Paris: Puf, 2008.

ZIMMERMANN, Reinhard. *The Law of obligations: roman foundations of the civilian tradition*. Oxford: Clarendon Paperbacks, 1996.

Área de Estudo: P-06 – Direito Internacional Contemporâneo

Referências temáticas

- 1) Fontes de Direito Internacional Público: convenções internacionais, costume internacional, princípios gerais de direito, decisões judiciais, doutrina equidade e outras possíveis fontes de Direito Internacional Público.
- 2) Tratados Internacionais: conceito; terminologia; condições de validade; classificação; fundamento; efeito; processo de conclusão; execução; garantias; cláusulas (nação mais desenvolvida, de salvaguarda, *si omnes*, escalonada, adesão, denúncia); extinção; e, apreciação no sistema brasileiro, extinção.
- 3) Pessoas Internacionais: Estado; organizações internacionais; pessoa humana; organizações não estatais; empresas transnacionais; organizações não-governamentais.
- 4) Organizações Internacionais – Teoria Geral: conceito; características; espécies; responsabilidade internacional; direitos; financiamento; efeitos jurídicos de suas normas.
- 5) Responsabilidade Internacional de Estados e Organizações Internacionais: princípios gerais, atribuição, violação de obrigação internacional, excludentes de ilicitude, reparação e contramedidas.

PROCESSO SELETIVO 2017
ANEXO III dos EDITAIS – MESTRADO E DOUTORADO
Referências Temáticas e Bibliográficas

- 6) Organização das Nações Unidas – ONU: histórico; finalidades; membros; idiomas; órgãos; personalidade jurídica; normas jurídicas dela emanadas e sua obrigatoriedade.
- 7) Organizações Europeias: União Europeia - UE; Conselho da Europa; Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN; Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE.
- 8) Organizações Americanas: Organização dos Estados Americanos – OEA; Mercado Comum do Sul – MERCOSUL; Acordo de Livre Comércio da América do Norte – NAFTA; Comunidade Andina; Associação dos Estados do Caribe; Mercado Comum Centro-Americano.
- 9) Organização Mundial do Comércio – OMC: processo de formação – do GATT/47 ao Protocolo de Marraqueche; objetivos; estrutura; processo de decisão; solução de controvérsias; principais Acordos; e, Rodada de Doha.
- 10) Conflito Internacional: modos pacíficos de solução de conflitos internacionais; Corte Internacional de Justiça – CIJ; Tribunal de Justiça da União Europeia; Corte Interamericana de Direitos Humanos – OEA; Solução de Conflitos no âmbito do Mercosul; Solução de Conflitos na OMC.

Referências bibliográficas

AMERASINGHE, C. F. *Principles of institutional law of international organizations*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

HARRIS, David J. *Cases and materials on international law*. London: Sweet & Maxwell, 2010.

HURD, Ian. *International organizations: politics, law, practice*. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.

JACKSON, John J. *Sovereignty, the Wto, and changing fundamentals on international law*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

OLIVEIRA, Bárbara da Costa Pinto. SILVA, Roberto Luiz. *Manual de direito processual internacional*. São Paulo: Saraiva, 2012.

SALIBA, Aziz Tuffi. (Org.) *Direito dos Tratados*. Belo Horizonte: Arraes, 2011.

SALIBA, Aziz Tuffi. Is the Security Council *legibus solutus*? An Analysis of the Legal Restraints of the UNSC. *Michigan State Law Review*. V. 20, n. 2, p. 401-419, 2012.

SCHERMES, Henry. BLOKKER, Niels. *International institutional law*. Leiden: Martinus Nijhoff Publishers, 2011.

PROCESSO SELETIVO 2017
ANEXO III dos EDITAIS – MESTRADO E DOUTORADO
Referências Temáticas e Bibliográficas

SEITENFUS, Ricardo. *Manual das organizações internacionais*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012.

SEYERSTED, Finn. *Common law of international organizations*. Leiden: Martinus Nijhoff Publishers, 2008.

SHARF, Michael. WILLIAMS, Paul. *The Law of international organizations: problems and materials*. Raleigh: Carolina Academic Press, 2013.

SHAW, Malcom. *International law*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

SILVA, Roberto Luiz. *Direito internacional público*. 4ª edição. Belo Horizonte, Del Rey, 2010.

SLAUGHTER, Anne-Marie. *A new world order*. Princeton: Princeton University Press, 2004.

STOLL Peter-Tobias. SCHORKOPF, Frank. *WTO – world economic order, world trade law*. Leiden: Martinus Nijhoff Publishers, 2006.

Área de Estudo: P-07 – Direito Político

Referências temáticas

- 1) A idéia de justiça política: eficácia jurídica do princípio democrático.
- 2) Participação política como liberdade fundamental: o Estado da Justiça.
- 3) Educação em Direitos Humanos e sua interação com a natureza das liberdades públicas.
- 4) Estratégias da Justiça Política: Direito Político e direitos políticos.
- 5) Participação popular e controle constitucional: o desafio contramajoritário nos processos de efervescência democrática.
- 6) Estatuto constitucional dos direitos políticos e dogmática eleitoral: interações, reforços e distensões.
- 7) Constituição e Política: desenhos institucionais e relacionamento entre os órgãos de soberania.
- 8) Filtragem Constitucional do Direito Eleitoral.
- 9) Partidos Políticos e Sistemas Eleitorais.
- 10) Justiça Eleitoral: da legitimação por procedimento.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO**

**PROCESSO SELETIVO 2017
ANEXO III dos EDITAIS – MESTRADO E DOUTORADO
Referências Temáticas e Bibliográficas**

Referências Bibliográficas

BROCHADO, Mariah. Ética e as relações entre estado, política e cidadania. Cad. Esc. do Legislativo, Belo Horizonte, vol 12, n 19, p 57-82, julho-dezembro 2010.

CAMPOS SILVA, Adriana (Org.) ; CATTONI DE OLIVEIRA, Marcelo Andrade (Org.) . Constituição e democracia: 25 anos da Constituição brasileira. 1. ed. Belo Horizonte: Initia Via, 2015. v. 1.

CAMPOS, Adriana ; STUDART, Paulo Henrique M. . Reflexões sobre a criação de novos partidos políticos e a distribuição dos recursos do fundo partidário e do tempo de acesso gratuito do rádio e à televisão. In: Patrícia Henriques Ribeiro; Mônica Aragão M. F. Costa; Arthur Magno e Silva Guerra. (Org.). Direito Eleitoral: leituras complementares. 1ed.Belo Horizonte: D'Plácido Editora, 2014, v. 1, p. 99-116.

CAMPOS, Adriana. ANDRADE NETO, João. Liberdade e segurança: o impacto de um conflito (aparente) entre princípios. Justiça em Revista. V.1, p. 88-102, Belo Horizonte, 2010.

CLAVERO, Bartolome. Garantie des Droits: emplazamiento histórico del enunciado constitucional. Madrid: Revista de Estudios Políticos - Nueva Epoca, n. 81, p. 7-21, jul./set., 1993
DERRIDA, Jacques. Force of Law: The “mystical foundation of authority”. In: Drucilla Cornell (org.) Deconstruction and the Possibility of Justice. New York: Routledge, 1992, pp. 3-67.

GOMES, José Jairo. Direito Eleitoral. Belo Horizonte: Del Rey, 2010.

HÖFFE, Otfried. Justiça Política. Martins Fontes, São Paulo, 2006.

HONNETH, Axel. Crítica del potere: La teoría della società in Adorno, Foucault e Habermas. Trad. Maria Teresa Sciacca. Bari: Dédalo, 2002.

PEREIRA, Rodolfo Viana. Direito Constitucional Democrático: controle e participação como elementos fundantes e garantidores da constitucionalidade. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

PEREIRA, R. V. . Big donors brasileiros: retrato das 10 (dez) empresas que mais doaram para as campanhas e para os diretórios nacionais dos partidos políticos dos candidatos à Presidência da República nas eleições de 2010. In: Patrícia Henriques Ribeiro; Mônica Aragão Costa; Arthur Magno e Silva Guerra. (Org.). Direito Eleitoral: leituras complementares. 1ed.Belo Horizonte: D'Plácido, 2014, v. , p. 391-413.

SALGADO, Eneida Desiree. (Org.). Direito Eleitoral: debates ibero-americanos. 1ed.Curitiba: Ithala, 2014, v. , p. 275-286.

Área de Estudo: P-08 – Direito Econômico e Desenvolvimento

Referências temáticas

1) Constituição Econômica de 1988. Antecedentes históricos. Disciplina jurídica da economia de mercado na atualidade: o papel do Estado e da empresa. A interação entre as políticas econômicas



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

PROCESSO SELETIVO 2017
ANEXO III dos EDITAIS – MESTRADO E DOUTORADO
Referências Temáticas e Bibliográficas

contemporâneas: concorrência, consumidor, propriedade intelectual, regulação, sistema financeiro nacional e defesa comercial.

2) Direito da concorrência brasileiro. Influências, história, sistema administrativo. Remédios antitruste e sua inserção no âmbito do ordenamento jurídico brasileiro. Reparação civil. Advocacia da Concorrência.

3) Direito da concorrência e atos de concentração. Atos de concentração: Conceitos fundamentais e perspectivas históricas norte-americanas, europeias e brasileiras. Requisitos, pressupostos e critérios de aprovação pelo CADE. A jurisprudência do CADE em atos de concentração.

4) Direito da concorrência e condutas anticompetitivas. Condutas anticompetitivas: Conceitos fundamentais e perspectivas históricas norte-americanas, europeias e brasileiras. A jurisprudência do CADE em controle de condutas anticompetitivas.

5) Regulação econômica sob o enfoque do Direito Econômico. Regulação setorial.

6) O Poder Judiciário e o Direito Econômico. Limites e fundamento do controle judicial de políticas econômicas públicas.

7) Análise Econômica do Direito como método. História e evolução. Contribuições para o estudo do direito da concorrência brasileiro. Outras influências e contribuições possíveis.

8) Surgimento e consolidação da Economia Comportamental aplicada ao Direito. Contribuições da *Behavioral Economics* para o estudo do direito do consumidor brasileiro. Outras influências e contribuições possíveis.

9) Sistema Financeiro Nacional. Aspectos regulatórios. Sistema Financeiro nacional e desenvolvimento. Interfaces com o Direito da Concorrência e do Consumidor.

10) O Direito do Consumidor sob o enfoque do Direito Econômico. Perspectiva constitucional. Direito do consumidor e desenvolvimento econômico.

Referências Bibliográficas

ACEMOGLU, Daron e ROBINSON, James. Por que as nações fracassam. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

CABRAL DE MONCADA, Luís S. *Direito econômico*. 2. ed. Coimbra: Coimbra Editora, 1988.

CARVALHO, Vinicius Marques de. Defesa da Concorrência: estudos e votos. São Paulo: Singular, 2015.

CARVALHO, Vinicius Marques de. (Org). A Lei n. 12.529/2011 e a nova política de defesa da concorrência. São Paulo: Singular, 2015.

LARA, Fabiano Teodoro de Rezende. *Propriedade intelectual: uma abordagem pela análise econômica do*



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

PROCESSO SELETIVO 2017
ANEXO III dos EDITAIS – MESTRADO E DOUTORADO
Referências Temáticas e Bibliográficas

direito. Belo Horizonte: Del Rey, 2010.

LARA, Fabiano Teodoro de Rezende; BELLANTUONO, Giuseppe (Org.). *Law, Development and Innovation*. Cham: Springer International Publishing, 2015.

LARA, Fabiano Teodoro de Rezende; BELLANTUONO, Giuseppe. *Introduction: Exploring Linkages*. In: BELLANTUONO, Giuseppe; LARA, Fabiano. (Org.). *Law, Development and Innovation*. Cham: Springer International Publishing, 2015, v. 1, p. 1-14.

LARA, Fabiano Teodoro de Rezende. *Using Competition Law and Intellectual Property Law to Foster Innovation: A Preliminary Study*. In: Giuseppe Bellantuono; Federico Puppò. (Org.). *CONVERGENCES AND DIVERGENCES BETWEEN THE ITALIAN AND THE BRAZILIAN LEGAL SYSTEMS*. 1ed. Trento: Università degli Studi di Trento, 2015, v. 14, p. 145-164.

LARA, Fabiano Teodoro de Rezende. *Análise Econômica da Propriedade Intelectual*. In: Luciano Benetti Timm. (Org.). *DIREITO E ECONOMIA NO BRASIL*. 2ed. São Paulo: Atlas, 2014, v. 1, p. 357-381.

OLIVEIRA, Amanda F. de, CASTRO, Bruno Braz de. *Proteção do consumidor de crédito: uma abordagem a partir da economia comportamental*. *Revista de Direito do Consumidor*, vol. 93, maio-junho 2014, p. 231-249.

OLIVEIRA, Amanda Flávio de, FERREIRA, Felipe. *Análise econômica do Direito do Consumidor em períodos de recessão. Uma abordagem a partir da Economia Comportamental*. *Revista de Direito do Consumidor*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2012. vol. 81, p. 13-38.

OLIVEIRA, Amanda Flávio de. (Org.). *Direito Econômico: evolução e institutos. Obra em homenagem ao Professor João Bosco Leopoldino da Fonseca*. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

OLIVEIRA, Amanda Flávio de. *O direito da concorrência e o Poder Judiciário*. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

OLIVEIRA, Amanda Flávio de e RUIZ, Ricardo Machado (coord.). *Remédios antitruste*. São Paulo: Singular, 2011.

SOUZA, Washington Peluso Albino de. *Lições de direito econômico*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2002.

SOUZA, Washington Peluso Albino de. *Teoria da constituição econômica*. Belo Horizonte: Del Rey, 2002.

VENÂNCIO FILHO, Alberto. *A intervenção do Estado no domínio econômico: o direito público econômico no Brasil*. Ed. Fac-similar. Rio de Janeiro: Renovar, 1998.

Área de Estudo: P-09 - Administração Pública e Desenvolvimento Estratégico



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO**

**PROCESSO SELETIVO 2017
ANEXO III dos EDITAIS – MESTRADO E DOUTORADO
Referências Temáticas e Bibliográficas**

Referências temáticas

- 1) Bases e evolução do Direito Público. Histórico. Fundamentos. Objeto, sujeitos, normas e regras de Direito Econômico. Estado e ordem econômica mundial e brasileira. Ordem econômica na Constituição de 1988.
- 2) Estado Regulador na Constituição de 1988. Estado como agente normativo e regulador da ordem econômica. Regulação, Poder de Polícia, Fomento, Serviços Públicos, Atividade Econômica em sentido estrito. Terceiro Setor.
- 3) Agências reguladoras. Histórico. BACEN. CVM. CMN. ANEEL. ANATEL ANP e demais agências. Natureza jurídica das agências. Organização. Competências e instrumentos de atuação. Interação entre agências de regulação e entidades de defesa da concorrência e do consumidor. CADE. A defesa do Consumidor na Lei n. 8.078/1990.
- 4) Empresas Estatais. Sociedades de Economia Mista e Empresas Públicas. Aspecto subjetivo e aspecto objetivo. Demais empresas controladas. Empresas participadas. Atividade econômica e serviços públicos. Regimes jurídicos.
- 5) Participação direta do Estado no domínio econômico. Regimes de monopólio, privilégio e competição. Regimes jurídicos. Serviços Públicos. Poder concedente. Relação entre concedente, concessionário e usuário. Usuário versus consumidor. Exploração Direta. Concessão em sentido amplo (concessão, permissão, parcerias público-privadas). Regimes jurídicos.
- 6) Terceiro Setor. Histórico. Conceito. Relação entre Estado e Terceiro setor. Organizações Sociais (Lei 9.636/98). Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Lei 9.790/99). Convênios (Decreto 6.170/07). Termos de Fomento e Termo de colaboração (13.019/14).
- 7) Institutos de Desenvolvimento Econômico. Macro e micro instituições de desenvolvimento: agências de fomento, contratos administrativos, institutos de propriedade intelectual.
- 8) Direito Econômico Sancionatório: fundamentos e princípios. Lei n. 8.078/90 (defesa do consumidor). Lei n. 12.529/2011 (defesa da concorrência). Lei 8.429/92 (improbidade administrativa). Lei 12.846/13 (improbidade empresarial).
- 9) Direito da concorrência no Brasil. Escolas do direito da concorrência. Influência americana e europeia. Conceitos básicos: mercado relevante, poder de mercado, probabilidade de exercício de poder de mercado (importações, barreiras à entrada e rivalidade) e eficiências. Controle estrutural e de condutas. E a Lei 12.529/2011 e o novo arranjo institucional do SBDC.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO**

**PROCESSO SELETIVO 2017
ANEXO III dos EDITAIS – MESTRADO E DOUTORADO
Referências Temáticas e Bibliográficas**

10) LEI ANTICORRUPÇÃO EMPRESARIAL- Contexto. Fundamentos. Discussão sobre sua constitucionalidade. Responsabilidade Objetiva. As infrações e as sanções. Processo Administrativo de Responsabilização. Acordo de Leniência. Análise comparativa com o acordo de leniência da Lei 12.529/11

Referências bibliográficas

ACEMOGLU, Daron e ROBINSON, James. Por que as nações fracassam. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

CARVALHO, Vinicius Marques de. (Org). A Lei n. 12.529/2011 e a nova política de defesa da concorrência. São Paulo: Singular, 2015.

CARVALHO, Vinicius Marques de. Defesa da Concorrência: estudos e votos. São Paulo: Singular, 2015.

CARVALHOSA, Modesto, Considerações sobre a Lei anticorrupção das pessoas jurídicas: Lei n. 12.846 de 2013. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

DAL POZZO, Antonio Araldo Ferraz. Lei Anticorrupção: apontamentos sobre a Lei nº 12.846/2013/ Antonio Araldo Dal Pozzo; Augusto Neves Dal Pozzo; Beatriz Neves Dal Pozzo; Renan Marcondes Facchinatto. Belo Horizonte: Fórum, 2014.

DIAS, Maria Tereza Fonseca. Acordos de leniência e a MP 703: medida necessária ou "incentivo" à corrupção empresarial?. Disponível em: <www.direitodoestado.com.br>. Acesso em 30 de abril de 2016.

FORTINI, Cristiana. Mecanismo de Controle Interno e Sua Matriz Constitucional. 1ª. ed. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2012. v. 01. 329p .

FORTINI, Cristiana. O Processo Licitatório nas Parcerias Público - Privadas (PPP). Revista do Instituto dos Advogados de Minas Gerais, v. 11º, p. 13-278, 2014.

FORTINI, Cristiana. Registro de Preços: análise da Lei 8.666/93, do Decreto Federal n 7.892/13 e de outros atos normativos. 2. ed. , 2014.

FORTINI, Cristiana. Terceirização: estudos em homenagem ao Professor Pedro Paulo de Almeida Dutra. 2. ed. , 2014.

FORTINI, Cristiana. Uma rápida comparação entre a Lei 12.846/13 e norte-americano foreign corrupt practices act (FCPA). Disponível em: <www.direitodoestado.com.br>. Acesso em 30 de



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO**

**PROCESSO SELETIVO 2017
ANEXO III dos EDITAIS – MESTRADO E DOUTORADO
Referências Temáticas e Bibliográficas**

abril de 2016.

FORTINI, Cristiana; Carvalho Filho, José dos Santos (Org.) ; Virginia Kirchmeyer Vieira (Org.) ; PIEVE, F. C. M. F. (Org.) . Terceirização na Administração: Estudos em homenagem ao Professor Pedro Paulo de Almeida Dutra. Belo Horizonte: Forum, 2009. 109p.

FORTINI, Cristiana; MIRANDA JÚLIAN . A DISCRICIONARIEDADE ADMINISTRATIVA EM FACE DO PRINCÍPIO DA EFICIÊNCIA. Revista da Procuradoria-Geral do Município de Belo Horizonte, v. 05, p. 55-78, 2012.

FORTINI, Cristiana; Pereira, Maria Fernanda Pires de Carvalho. Reflexões sobre a utilização de bens públicos pelos particulares: uma releitura dos conceitos da doutrina. Estado e Propriedade: estudos em homenagem à Professora Maria Coeli Simões Pires. 1ed.: , 2015, v. , p. 217-.

FORTINI, Cristiana; PIRES, P. G. C. . Equilíbrio econômico-financeiro nas Parcerias Público Privadas. Revista de Contratos Públicos CEDIPRE, v. 1, p. 25, 2015.

FORTINI, Cristiana; PIRES, P. G. C. . Equilíbrio Econômico-Financeiro nos contratos de PPP. In: Marçal Justen Filho; Rafael Wallbach Schwind. (Org.). Parcerias público-privadas: reflexões sobre os 10 anos da Lei 11.079/2004. 1ed.Sao Paulo: Revista dos Tribunais, 2015, v. 1, p. 283-308.

FORTINI, Cristiana; PIRES, P. G. C. . O regime jurídico das parcerias voluntárias com as Organizações da Sociedade Civil: inovações da Lei n 13.019/2014. A&C. Revista de Direito Administrativo & Constitucional (Impresso), v. 1, p. 93, 2015.

FORTINI, Cristiana; PIRES, P. G. C. . O Regime Jurídico das parcerias voluntárias com as organizações da sociedade civil: inovações da Lei 13.019/14. In: Emerson Gabardo; Daniel Hache; Eneida Desiree Salgado. (Org.). Direito Administrativo e suas transformações atuais: homenagem ao Professor Romeu Felipe Bacelar Filho. 1ed.Curitiba: Ithaca, 2016, v. 1, p. 419-440.

FORTINI, Cristiana; VIEIRA, Ariana Sherman Moraes. Lei anticorrupção empresarial: os riscos de sua regulamentação e implementação. In: REPOLÊS, Maria Fernanda Salcedo; DIAS, Maria Tereza Fonseca (coord). O direito entre a esfera pública e a autonomia privada: transformações do direito público no ambiente democrático. Belo Horizonte: Fórum, 2015, p.161-184, v 2.

FORTINI, Cristiana; LACERDA, B. A. O Direito Administrativo e a fundamentalidade da pessoa. Fórum Administrativo, v. 10, p. 19-28, 2010.

JUSTEN FILHO, Marçal. O Direito das Agências Reguladoras Independentes. 1. ed. São Paulo: Dialética, 2002. v. 1. 639p .



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

PROCESSO SELETIVO 2017
ANEXO III dos EDITAIS – MESTRADO E DOUTORADO
Referências Temáticas e Bibliográficas

LARA, Fabiano Teodoro de Rezende. Análise Econômica da Propriedade Intelectual. In: Luciano Benetti Timm. (Org.). DIREITO E ECONOMIA NO BRASIL. 2ed.São Paulo: Atlas, 2014, v. 1, p. 357-381.

LARA, Fabiano Teodoro de Rezende. *Propriedade intelectual: uma abordagem pela análise econômica do direito*. Belo Horizonte: Del Rey, 2010.

LARA, Fabiano Teodoro de Rezende. Using Competition Law and Intellectual Property Law to Foster Innovation: A Preliminary Study. In: Giuseppe Bellantuono; Federico Puppò. (Org.). CONVERGENCES AND DIVERGENCES BETWEEN THE ITALIAN AND THE BRAZILIAN LEGAL SYSTEMS. 1ed.Trento: Università degli Studi di Trento, 2015, v. 14, p. 145-164.

LARA, Fabiano Teodoro de Rezende; BELLANTUONO, Giuseppe (Org.). *Law, Development and Innovation*. Cham: Springer International Publishing, 2015.

LARA, Fabiano Teodoro de Rezende; GONTIJO, Guilherme Dias. Princípio da Eficiência: forjando uma Administração Pública pragmática? In: Roberto Correia da Silva Gomes Caldas; Joana Stelzer; Liane Francisca Hüning Birnfeld. (Org.). Direito e administração pública I. Florianópolis: CONPEDI, 2014.

LARA, Fabiano Teodoro de Rezende; LEURQUIN, Pablo Georges Cícero Fraga. A regulação da aviação civil e o desenvolvimento econômico brasileiro. In: Leandro Novais e Silva. (Org.). Regulação e concorrência no setor aéreo no Brasil: alternativas possíveis. 1ed.São Paulo: Singular, 2014, v. 1, p. 175-200.

RAGAZZO, Carlos Emmanuel Joppert. A Eficácia Jurídica da Norma de Preço Abusivo. Revista de Concorrência e Regulação, v. 7/8, p. 199-221, 2012.

RAGAZZO, Carlos Emmanuel Joppert. A Regulação da Concorrência. In: Sérgio Guerra. (Org.). Regulação no Brasil: Uma Visão Multidisciplinar. 1ed.Rio de Janeiro: FGV, 2014

RAGAZZO, Carlos Emmanuel Joppert. O Bem ou Nada: A Regulação de Jogos de Azar. Revista Direito GV, v. 16, p. 625-649, 2013.

RAGAZZO, Carlos Emmanuel Joppert; RODRIGUES, Eduardo Frade . Proporcionalidade e melhora regulatória: a regulação dos serviços de táxi. Revista do IBRAC, v. 22, p. 277, 2013.

SILVA, Leandro Novais e. (Org.). Regulação e concorrência no setor aéreo no Brasil: alternativas possíveis. 1ed.São Paulo: Singular, 2014.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

PROCESSO SELETIVO 2017
ANEXO III dos EDITAIS – MESTRADO E DOUTORADO
Referências Temáticas e Bibliográficas

LINHA DE PESQUISA 2

DIREITOS HUMANOS E ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO:
FUNDAMENTAÇÃO, PARTICIPAÇÃO E EFETIVIDADE

Área de Estudos: D-01 – O Modelo Constitucional de Processo Penal

Referências Temáticas

- 1) Sistemas processuais penais.
- 2) Iniciativa probatória do juiz e a composição democrática das decisões judiciais.
- 3) A construção da verdade no processo penal sob o marco do constitucionalismo democrático.
- 4) Prisões provisórias, medidas cautelares, *habeas corpus* e o princípio da presunção de inocência.
- 5) Princípios constitucionais aplicáveis ao processo penal.
- 6) Recursos e nulidades: a efetividade do processo sob os parâmetros de um Estado de Direito.
- 7) A natureza jurídica do processo penal.
- 8) Investigação preliminar criminal.
- 9) Proposta do novo código de processo penal. Aspectos favoráveis e contrários ao modelo proposto.
- 10) Limites ao exercício do direito à prova no processo penal.

Referências bibliográficas

ALEXY, R. (Org.) ; TRIVISONNO, Alexandre T. G. (Org.) . *Teoria Discursiva do Direito*. 1a.. ed.
Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014. v. 1.

PROCESSO SELETIVO 2017
ANEXO III dos EDITAIS – MESTRADO E DOUTORADO
Referências Temáticas e Bibliográficas

- BRANDÃO, Cláudio . Tipicidade Penal: dos elementos da dogmática ao giro conceitual do método entimemático. 2. ed. Coimbra: Almedina, 2014.
- CORDERO, F. *Procedura Penale*. 8. ed. Milão: Giuffrè, 2006.
- CORDERO, F. *Ideologie del processo penale*. Roma: Università 'La Sapienza' di Roma, 1997.
- FAZZALARI, Elio. *Conoscenza e valori saggi*. Torino: G. Giappichelli, 1999.
- _____. *Istituzioni di diritto processuale*. 8. ed. Padova: Cedam, 2001.
- FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. 3. ed. Rio de Janeiro: Departamento de Letras da PUC Rio, 2005.
- FREUD, Sigmund. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Lembranças encobridoras*. Trad. Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago Editora, s.d. Vol. III (1893-1899).
- GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e método I: traços fundamentais de uma hermêutica filosófica*. 8. ed. Trad. Flávio Paulo Meurer. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.
- GONÇALVES, Aroldo Plínio. *Técnica processual e teoria do processo*. Rio de Janeiro: Aide, 1992.
- HASSEMER, Winfried. *Crítica al derecho penal de hoy*. Trad. Patricia S. Ziffer. Colômbia: Universidad Externado de Colombia, 1997.
- MARTINS, Rui Cunha. *A HORA DOS CADÁVERES ADIADOS: Corrupção, Expectativa e Processo Penal*. São Paulo: Atlas, 2014
- _____. *O PONTO CEGO DO DIREITO: The Brazilian Lessons*. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2014.
- PINTO, Felipe Martins. *Introdução crítica ao processo penal*. Belo Horizonte: Del Rey, 2012.
- PINTO, Felipe Martins; MACHADO, Francisco Nogueira; SOUSA, Marllon (Coord.). *Processo penal democrático*. Belo Horizonte: Fórum, 2016. 1.180kB, ePub. ISBN digital: 978-85-450-0102-7. (Coleção Fórum Processo e Democracia, 1).
- TASKI, Alfred. *A concepção semântica da verdade*. São Paulo: UNESP, 2007.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

PROCESSO SELETIVO 2017
ANEXO III dos EDITAIS – MESTRADO E DOUTORADO
Referências Temáticas e Bibliográficas

Referências temáticas

- 1) Princípios fundamentais do Processo Civil
- 2) Tutela de evidência e tutela de emergência
- 3) Negócios processuais
- 4) Incidente de resolução de demandas repetitivas e assunção de competência
- 5) Recursos constitucionais: recurso especial e recurso extraordinário
- 6) Coisa julgada
- 7) Ação rescisória
- 8) Cumprimento de sentença
- 9) Métodos consensuais de resolução de conflito
- 10) Teoria das Nulidades

Referências bibliográficas

BEDAQUE, José Roberto dos Santos. *Efetividade do processo e técnica processual*. São Paulo: Malheiros, 2006.

COMOGLIO, Luigi Paolo. *Etica e tecnica del giusto processo*. Milão: G. Giappichelli, 2004.

FISS, Owen. *Um novo processo civil: estudos norte-americanos sobre jurisdição, constituição e sociedade*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

NUNES, Dierle, et alli. *Novas tendências do processo civil: estudos sobre o Projeto do Novo Código de Processo Civil*. Vols. I a III. Salvador: Juspodium.

THEODORO JR., Humberto, et alli. *Novo CPC: fundamentos e sistematização*. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

Área de Estudo: D-03 – A Inquisição e a Ideologia do Processo Penal



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

PROCESSO SELETIVO 2017
ANEXO III dos EDITAIS – MESTRADO E DOUTORADO
Referências Temáticas e Bibliográficas

Referências temáticas

- 1) Fontes históricas do processo penal brasileiro.
- 2) Natureza jurídica do processo penal.
- 3) Os sistemas processuais penais.
- 4) A inquisição. O Concílio de Latrão e a criação do Tribunal do Santo Ofício.
- 5) Princípios processuais penais.
- 6) Jurisdição penal.
- 7) A inquisição papal e a inquisição dos reis.
- 8) O fundamentalismo nas três grandes religiões monoteístas do ocidente.
- 9) A ação inquisitorial em Minas setecentista.
- 10) A perseguição penal. O acusado e os direitos de defesa.

Referências bibliográficas

ALEXANDRE HERCULANO. *História da origem e estabelecimento da inquisição em Portugal*. Porto Alegre: Pradense, 2002.

ARMSTRONG, Karen. *Em nome de Deus*. O fundamentalismo no judaísmo, no cristianismo e no islamismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

BAIGENT, Michael, LEIGH, Richard. *A inquisição*. Rio de Janeiro: Imago, 1999.

GONÇALVES, Aroldo Plínio. *Técnica processual e teoria do processo*. 2 ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2012.

GREEN, Toby. *Inquisição. O reinado do medo*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

MARCOCCI, Giuseppe, PAIVA, José Pedro. *História da inquisição portuguesa*. (1536-1821). Lisboa: Esfera dos Livros, 2013.

MARICONDE, Alfredo Velez. *Derecho procesal penal*. Buenos Aires: Turner, 1969, T I e II.

PIERANGELI, José Henrique. *Processo penal*. Evolução histórica e fontes legislativas. São Paulo: IOB, 2004.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

PROCESSO SELETIVO 2017
ANEXO III dos EDITAIS – MESTRADO E DOUTORADO
Referências Temáticas e Bibliográficas

PAIVA, José Pedro. *Baluartes da fé e da disciplina*. O enlace entre a inquisição e os bispos em Portugal (1536 - 1750). Coimbra: Coimbra editora, 2011.

TORNAGHI, Hélio. *A relação processual penal*. Rio de Janeiro: Saraiva, 1987.

Área de Estudo: D-04 – Direito e Processo Coletivo no Estado Democrático de Direito

Referências temáticas

- 1) Evolução histórica das ações coletivas no Direito Constitucional brasileiro;
- 2) Políticas públicas como meio de defesa dos direitos coletivos e acesso à justiça;
- 3) Os legitimados ativos e a atuação em defesa dos direitos da coletividade e minorias excluídas;
- 4) Aspectos controvertidos da competência na sistemática processual brasileira de defesa dos direitos coletivos em sentido lato;
- 5) Elementos de identificação das ações coletivas e os institutos da conexão, continência e litispendência;
- 6) As controvérsias quanto a extensão da coisa julgada nos processos coletivos;
- 7) A execução das sentenças coletivas na sistemática processual brasileira;
- 8) O novo Código de Processo Civil e os institutos de tratamento coletivizado dos direitos;

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Gregório Assagra de. *Direito material coletivo*: superação da summa divisio direito público e direito privado por uma nova summa divisio constitucionalizada. Belo Horizonte: Del Rey, 2008.

BUENO, Cássio Scarpinella. *Curso sistematizado de direito processual civil*: direito processual coletivo e direito processual público, São Paulo: Saraiva, vol. 2, tomo III, 2010.

BUFFARINI, Paula. Âmbito de la tutela coletiva. In: OTEIZA, Eduardo (coord.). *Procesos Colectivos*. Santa Fé: Rubinzal-Culzoni, 2006, p.63.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

PROCESSO SELETIVO 2017
ANEXO III dos EDITAIS – MESTRADO E DOUTORADO
Referências Temáticas e Bibliográficas

DIDIER JÚNIOR, F; MOUTA, José Henrique e MAZZEI, Rodrigo (coord.). *Tutela jurisdicional coletiva*. Salvador: Jus Podium, 2012.

GIDI, Antonio. A class action como instrumento de tutela coletiva dos direitos: as ações coletivas em uma perspectiva comparada. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

GIDI, Antonio, THESHEINER, José Maria et THIBAU, Tereza Cristina Sorice Baracho (org.). Processos coletivos: ação civil pública e ações coletivas. Porto alegre: Livraria dos Advogados, 2015.

LEONEL, Ricardo de Barros. Manual do processo coletivo. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

SILVEIRA, Ricardo Geraldo Rezende. Execução coletiva: teorias e novas perspectivas. Curitiba; Juruá, 2012.

THEODORO JÚNIOR, Humberto (coord.). Processo civil brasileiro: novos rumos a partir do CPC/2015. Belo Horizonte: Del Rey, 2016.

ZAVASCKI, Teori Albino. Processo Coletivo: tutela de interesses coletivos e tutela coletiva de direitos. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

Área de Estudo: D-05 - Acesso à Justiça pela via dos Direitos, Direitos Humanos e Políticas Públicas

Referências temáticas

- 1) Acesso à Justiça pela via dos Direitos.
- 2) Socialização jurídica e arenas de atuação.
- 3) Justiça e cultura restaurativa.
- 4) Educação, transformação e instrumentos para a efetividade dos direitos humanos.
- 5) Políticas públicas, acesso a justiça e solução de conflitos.
- 6) Sistemas de tutelas, garantias e efetividade dos direitos humanos.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

PROCESSO SELETIVO 2017
ANEXO III dos EDITAIS – MESTRADO E DOUTORADO
Referências Temáticas e Bibliográficas

- 7) Conflitos, mapeamento e formas de solução.
- 8) Formação, educação e instrumentos para a efetividade dos direitos humanos.
- 9) Políticas públicas de solução de conflitos
- 10) Sistemas de tutelas e garantias da efetividade dos direitos na contemporaneidade.

Referências bibliográficas

BENTES, Hilda H. Soares; SALLES Sérgio S (orgs), *Mediação e Educação em Direitos Humanos*, Rio de Janeiro: Lumen Juris Editora, 2012.

CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. *Acesso à justiça*. Porto Alegre: Fabris, 1988, p. 9-13 e 31-67.

FARIA, José Eduardo. *Direito e Justiça no século XXI: a crise da Justiça no Brasil*. Texto apresentado no Colóquio Internacional – Direito e Justiça no Século XXI, Coimbra, 29 a 31 de maio de 2003.

MARONA, Marjorie Corrêa. “ACESSO À QUAL JUSTIÇA? A construção da cidadania brasileira para além da concepção liberal”. *Tese de doutorado em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG*, em Ciência Política, Orientador: Professor Doutor Leonardo Avritzer, 2013, Belo Horizonte/MG.

NADER, Laura, “Harmonia Coerciva: a economia política dos modelos jurídicos”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 29, ano 9, 1994, p. 18-29.

SADEK, Maria Teresa; LIMA, Fernão Dias de; ARAÚJO, José Renato de Campos. O Judiciário e a prestação de justiça. In: SADEK, Maria Teresa (coord.). *Acesso à justiça*. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2001, p. 13-41.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Para uma revolução democrática da Justiça*. São Paulo: Cortez, 2007.

SENA ORSINI, Adriana Goulart de. (coord.) *Justiça do Século XXI*. São Paulo: LTr, 2014.

SILVA NICÁCIO, Camila. Direito e mediação de conflitos, entre metamorfose da regulação social e administração plural da justiça? *Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região*, nº 83, janeiro a junho de 2011, p. 79-108.

SLAKMON, Catherine e *alii.* (dir.). *Justiça Restaurativa*. Brasília-DF: Ministério da Justiça e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, 2005, p. 19-40 (“Justiça restaurativa é possível no Brasil?”); p. 54-78 (“Justiça restaurativa e seus desafios histórico-culturais. Um ensaio crítico sobre os fundamentos ético-filosóficos da justice restaurativa em contraposição à justiça retributiva”); p. 189-212 (“Micro-justiça, Desigualdade e Cidadania Democrática. A Construção da Sociedade Civil através da Justiça Restaurativa no Brasil”).



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

PROCESSO SELETIVO 2017
ANEXO III dos EDITAIS – MESTRADO E DOUTORADO
Referências Temáticas e Bibliográficas

SOLER, Raul Calvo. *Mapeo de Conflictos*. Técnica para la exploración de los conflictos. Barcelona: Editorial Gedisa S.A, 2014.

Área de Estudo: D-06 – Administração da Justiça, Governança e Políticas Públicas

Referências temáticas

- 1) Do estado de direito ao Estado Constitucional: do direito por regras ao direito por princípios” e papel do Poder Judiciário na teoria constitucional de Gustavo Zagrebelsky.
- 2) As transformações institucionais na América Latina: tensões entre o (neo)constitucionalismo e neoliberalismo no movimento global de reforma do Poder Judiciário: justiça para os mercados e/ou para a sociedade?
- 3) Transformações do constitucionalismo ocidental: (neo)constitucionalismo. Constituição e justiça.
- 4) A participação da sociedade na administração da justiça (intercomplementaridade e indispensabilidade dos meios judiciais e não judiciais de resolução dos conflitos sociais através do Sistema Núcleo Intersindical de Conciliação Trabalhista- Sistema Ninter: Governança e interações multiatores em redes de políticas públicas e seus fundamentos. O Sistema Ninter como instrumento contributivo para a implementação das políticas de Estado de fomento aos meios autocompositivos extrajudiciais de resolução dos conflitos (conciliação e mediação) estabelecidas na Resolução 125/11 (CNJ), Lei 13.140/15 e Lei 13.105/15 (NCPC).
- 5) A Cooperação Judiciária como instituto processual e como instrumento de democratização da administração da justiça (NCPC/2015; Recomendação 38 do CNJ).

Referências bibliográficas

GARAVITO, César Rodrigues. *La globalización del estado de derecho – El neoconstitucionalismo, el neoliberalismo y la transformación institucional en América Latina*. Bogotá: Universidad de los Andes, Facultad de Derecho, Centro de Investigaciones Sociojurídicas, Ediciones Uniandes, 2008.

PROCOPIUCK, Mario. *Políticas públicas e fundamentos da administração pública*. São Paulo: Atlas, 2013. “Origens e fundamentos da administração pública”, p. 10-15; “Influências europeias na administração pública”, p. 50-66; “Fundamentos de administração pública”, p. 67-82; “A trajetória e pedagogia da moderna administração pública”, pp 83-100; “O institucionalismo no âmbito político-administrativo”, p. 101-125; “Políticas públicas”, p. 138-168; “Governança e interações multiatores em redes de políticas”, p. 169-208.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A crítica da razão indolente*. Contra o desperdício da experiência. São

PROCESSO SELETIVO 2017
ANEXO III dos EDITAIS – MESTRADO E DOUTORADO
Referências Temáticas e Bibliográficas

Paulo: Cortez, 2002, v. 1, 4ª edição. Capítulo 1: Da ciência moderna ao senso comum, página 55-117. Capítulo 2: A concepção pós-moderna do direito, p. 119-188. Parte III: Os horizontes são humanos: da regulação à emancipação, p. 255-327.

WORLD BANK (2002). *Legal and Judicial Reform: Observations, Experiences and Approach of the Legal Vice Presidency*. Washington, DC: World Bank.

VASCONCELOS, Antônio Gomes de. Pressupostos filosóficos e político-constitucionais do sistema Núcleo Intersindical de Conciliação Trabalhista – teoria e prática da razão dialógica e do pensamento complexo na organização do trabalho e na administração da justiça: democracia integral e ética de responsabilidade social. São Paulo: LTr, 2014, (Capítulo I).

_____. *O sistema Núcleo Intersindical de Conciliação Trabalhista: Do fato social ao instituto jurídico: uma transição neoparadigmática do modelo de organização do trabalho e da administração da justiça..* 1. ed. São Paulo: LTr, 2014. v. 2. (Capítulos 4 e 5).

_____; GOMES, Marcella F. M.. “Mediação judicial trabalhista”, IN SOUZA, Cláudia M. G.; JAYME, Fernando G.; SCHIMIDT, Marha H. F. M; PEREIRA, Rita Andréa G. C. *Mediação de conflitos – a emergência d eum novo paradigma*. Belo Horizonte: Del Rey, 2016., pag. 69-88.

_____. O novo sentido da jurisdição na Estratégia do Poder Judiciário Nacional e seu desdobramento na experiência do SINGESPA /TRT3-MG. In: ORSINI, Adriana Goulart Sena (Org.). *Justiça do Século XXI..* 01ed.: São Paulo: LTr, 2014, p. 116-.

_____. Desafios à reforma do poder judiciário na américa latina: justiça para os mercados e/ou para a sociedade?. *Revista do Instituto do Direito Brasileiro*, v. 1, p. 1-1604, 2014.

OLIVEIRA, Márcio Luís. *A constituição juridicamente adequada – transformações do constitucionalismo e atualização principiológica dos direitos, garantias e deveres fundamentais*. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2013 (Capítulo 2) .

ZAGREBELSKY, Gustavo. *El Derecho dúctil*. Trad. Marina Gascón. 6. ed. Madrid: Editorial Trotta, 2005. “Del estado de derecho al estado constitucional” p 21-41; “El derecho por principios” p. 109-126.

SEN, Amartya Kumar. *Sobre ética e economia*. Trad. Laura Teixeira Mota. São Paulo: Cia das Letras, 1999.

YOUNG, Katharine G. *Constituting economic and social rights*. Oxford: Oxford University Press, 2012. (Reading: ”Foreword - Making social and economic rights real”; “1. Introduction: the path to transformation”; Part II: “Constituting rights by enforcement”: “5. Tipology of judicial review”.

Indicações normativas



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO**

**PROCESSO SELETIVO 2017
ANEXO III dos EDITAIS – MESTRADO E DOUTORADO
Referências Temáticas e Bibliográficas**

- a) BRASIL. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. (Art. 103-B).
- b) BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. RESOLUÇÃO Nº 125 DE 29 DE NOVEMBRO DE 2010 - Dispõe sobre a Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesses no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências.
- c) BRASIL. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. PORTARIA INTERINSTITUCIONAL Nº 1.186, DE 2 DE JULHO DE 2014. Institui a estratégia nacional de não judicialização – ENAJUD, dispõe sobre a sua gestão e dá outras providências.
- d) BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. RECOMENDAÇÃO Nº 38 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2011. Recomenda aos tribunais a instituição de mecanismos de cooperação judiciária entre os órgãos do Poder Judiciário, e dá outras providências.
- e) BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Anteprojeto de resolução que institui o sistema nacional de cooperação judiciária e anexo único do anteprojeto de resolução contendo a proposta de “Regulamento do Sistema Nacional de Cooperação Judiciária”. Disponível em: http://media.wix.com/ugd/e5d4a8_41c4e9bf6a63442653296df518410994.pdf

Área de Estudo: D-07 – Antropologia do Direito, Interlegalidades e Sensibilidades Jurídicas

Referências temáticas

- 1) Tripé da juridicidade e gradação normativa: normas gerais e impessoais; modelos de condutas e comportamentos; sistemas de disposições duráveis ou *habitus*.
- 2) Utilitarismo e direito na gênese da produção normativa: entre a dádiva e o contrato.
- 3) Imaginários e sensibilidades jurídicas: fatos e leis em perspectiva comparada.
- 4) Na contramão do panjuridismo e do epistemicídio: a produção do direito nas sociedades organizadas contra o Estado.
- 5) Desmaterialização do direito e contratualismo: a função instituinte do direito em xeque.
- 6) Relativismo *versus* Universalismo nos Direitos Humanos.
- 7) Pluralidade de fontes, de atores, de procedimentos e de direitos nas sociedades contemporâneas.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

PROCESSO SELETIVO 2017
ANEXO III dos EDITAIS – MESTRADO E DOUTORADO
Referências Temáticas e Bibliográficas

- 8) Em torno do “Discurso sobre a servidão voluntária”: produção normativa e obediência ao direito
- 9) Direito Agroalimentar: cultura, comércio e acesso à alimentação.

Referências bibliográficas

CAILLÉ, Alain (1998) “Nem holismo nem individualismo metodológicos: Marcel Mauss e o paradigma da dádiva”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 13, nº. 38, p. 05-38.

CLASTRES, Pierre. "La société contre l'état", in CLASTRES, *La société contre l'état*. Paris: Les éditions de Minuit, 1974, p. 161-186.

GEERTZ, Clifford, “Fatos e leis em uma perspectiva comparativa”, in: *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Rio de Janeiro, Vozes, 1997, p. 249-356.

KAITEL, Cristiane Silva. A efetividade e a elaboração legislativa do direito à alimentação: política pública, educação e gestão participativa. Tese de doutorado, 2016, UFMG.

KANT DE LIMA, Roberto, “Sensibilidades jurídicas, saber e poder: bases culturais de alguns aspectos do direito brasileiro em uma perspectiva comparada”, *Anuário antropológico*, 2009 - 2, 2010: 25-51.

LE ROY, Etienne. *Le jeu des lois, une anthropologie ‘dynamique’ du droit*. Paris: Maison des Sciences de l’Homme, L.G.D.J, *Droit et Société*, nº 28, 1999, p. 177-219.

NICOLAU, Gilda, "Entre mediação e direito: elementos para uma nova ratio jurídica", *Meritum*, Revista de direito da Universidade FUMEC, Belo Horizonte, v. 7, n. 2, jul./dez. 2012, p. 325-392.

SEGATTO, Rita Laura, "Antropologia e direitos humanos, alteridade e ética no movimento de expansão dos direitos universais", *Mana*, 12(1): 2006, p. 207-236.

NICÁCIO, Camila S., “Desafios e impasses aos meios consensuais de tratamento de conflitos”, in Luiz E. Gunther e Rosemarie D. Pimpão (dir.), *Conciliação, um caminho para a paz social*, Curitiba: Juruá Editora, 2012, v.1, p. 25-46.

SUPIOT, Alain. *Homo juridicus*, essai sur la fonction anthropologique du droit. Paris: Seuil, 2005, p. 135-174 (Chapitre 3: La force obligatoire de la parole: pacta sunt servanda).

SOARES, Fabiana de Menezes . Legística aplicada à defesa agropecuária diagnóstico e prognóstico de um sistema normativo complexo. In: BATISTA JÚNIOR, Onofre Alves, CASTRO, Sérgio Pessoa de. (Org.). *Tendências e perspectivas do direito administrativo: uma visão da escola mineira*. 1. ed. Belo Horizonte: Editora Forum, 2012, v. 1, p. 395-412.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

PROCESSO SELETIVO 2017
ANEXO III dos EDITAIS – MESTRADO E DOUTORADO
Referências Temáticas e Bibliográficas

Multimedialidade

Referências temáticas

- 1) Direito e Tecnologia da Informação.
- 2) Elaboração Legislativa no Estado Democrático.
- 3) A Comunicação no diálogo entre as fontes do Direito.
- 4) Linguagem do Direito e multimedialidade.
- 5) Epistemologia jurídica e meios de comunicação do direito.
- 6) Concreção, cotidianidade e o tempo do direito.
- 7) Direito e opinião pública.
- 8) Os conflitos humanos, os direitos fundamentais e a formação da norma jurídica.
- 9) A composição da lei e o impacto da lei.
- 10) A contingência, os interesses e a elaboração normativa.

Referências bibliográficas

DELLEY, Jean-Daniel. *Pensar a lei, introdução a um procedimento metódico. Cadernos da Escola do Legislativo*, Belo Horizonte, v. 7, n. 12, p. 101-143, jan./jun. 2004.

HESPANHA, António Manuel. *O caleidoscópio do direito: o direito e a justiça nos dias e no mundo de hoje*. Coimbra: Almedina, 2007

LOPES, Mônica Sette. A formação do juiz para a oralidade: relato, memória e pedagogia do direito não escrito. In: MARTINS FILHO, Ives Gandra da Silva, DELGADO, Maurício Godinho, PRADO, Ney, ARAÚJO, Carlos (Coord.). *A efetividade do direito e do processo do trabalho*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010, p. 137-177. (Disponível na biblioteca virtual do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região)

MCLUHAN, Marshall. *Os meios de comunicação como extensões do homem* (understanding media). Trad. Décio Pignatari. 14. ed. São Paulo: Cultrix, 2005.

McQUAIL, Denis. *Teoria da Comunicação de Massas*. Trad. de Carlos de Jesus. Revisão científica de Cristina Ponte. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

MERCATALI, Pietro, ROMANO, Francesco, I DOCUMENTI DELLO STATO DIGITALE.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO**

**PROCESSO SELETIVO 2017
ANEXO III dos EDITAIS – MESTRADO E DOUTORADO
Referências Temáticas e Bibliográficas**

Regole e tecnologie per la semplificazioneCollanad'informatiagiuridica, vol. 2, pp. 67, ISBN 978-88-904520-1-7 Borgo San Lorenzo (Firenze), Edizioni Studio Ad. Es Il Galletto, 2013,
<http://www.almanacco.cnr.it/reader/cw_usr_view_recensione.html?id_articolo=5110&giornale=5163>

OST, François. *O tempo do direito*. Trad. Maria Fernanda Oliveira. Lisboa: Instituto Piaget, 2001

SOARES, Fabiana de Menezes. Produção do direito e conhecimento da lei a luz da participação popular e sob o impacto da tecnologia da informação - 2002.Direito Teses. 511paginas.
<<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/BUBD-96WPB6>>

_____, L'enseignement du droit et les nouvelles technologies: sommes-nous prêts pour un enseignement-apprentissage en réseau? Le cas d'un projet pilote d'enseignement de la légistique. LesCahiers de droit, ISSN 0007-974X, Vol. 54, N°. 1, 2013 , p.69-80

WINTGENS, LALANA, 'The Rationality and Justification of Legislation: Essays in Legisprudence (Legisprudence Library) Hardcover –Switzerland: Springer , 2013

Área de Estudo: D-09 – As Relações na Cidade, a Alteridade, o Usufruto Equitativo e o Meio Ambiente

Referências temáticas

- 1) Políticas públicas de assentamentos e reassentamentos em aglomerados urbanos
- 2) Trabalho da população em situação de rua
- 3) Comunidades tradicionais em áreas urbanas
- 4) Impactos e conflitos socioambientais da mineração em áreas urbanas
- 5) Ocupações urbanas: legalidade/ilegalidade
- 6) Direito à cidade
- 7) Usufruto equitativo da cidade e o princípio da justa distribuição dos encargos e benefícios decorrentes do processo de urbanização
- 8) Expansão urbana e justiça socioespacial
- 9) Planejamento urbano, instrumentos jurídicos e sustentabilidade



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

PROCESSO SELETIVO 2017
ANEXO III dos EDITAIS – MESTRADO E DOUTORADO
Referências Temáticas e Bibliográficas

- 10) Espaços ambientais protegidos e paisagem nas cidades

Referências bibliográficas

ACSERALD, Henri. Discursos da sustentabilidade. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, nº 01, p. 79-90, mai. 1999.

BORJA, Jordi. *Revolución urbana y derechos ciudadanos*. Madrid: Alianza Editorial, 2013.

DIEGUES, Antônio Carlos. *O mito moderno da natureza intocada*. 5ª ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

FERNANDES, Edésio. Os desafios de regularização fundiária de assentamentos informais consolidados. *Revista AU*. São Paulo: Pini, set. 2009.

GAIO, Daniel. *A interpretação do direito de propriedade em face da proteção constitucional do meio ambiente urbano*. Rio de Janeiro: Renovar, 2015.

GRINOVER, Ada Pellegrini; ALMEIDA, Gregório Assagra de; GUSTIN, Miracy; LIMA, Paulo César Vicente de; IENNACO, Rodrigo. *Direitos Fundamentais das Pessoas em Situação de Rua*. Belo Horizonte: D'Plácido, 2016.

GUSTIN, Miracy B. S. *Das necessidades humanas aos direitos: ensaio de sociologia e filosofia do direito*. 2.ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2010.

KAPP, Silke. Direito ao espaço cotidiano: moradia e autonomia no plano de uma metrópole. *Caderno Metropolitano*, São Paulo, vol. 14, nº 28, p. 463-483, jul.-dez. 2012.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. 4ª ed. São Paulo: Documentos, 2006.

MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia (Org.). *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 121-192.

OSORIO, Letícia Marques. O direito à moradia como direito humano. In: FERNANDES, Edésio; ALFONSIN, Betânia (Org.). *Direito à moradia adequada: o que é, para quem serve, como defender e efetivar*. Belo Horizonte: Fórum, 2014, p. 39-68.

Área de Estudo: D-10 – Hermenêutica jurídica nas matrizes fenomenológica e epistemológica: interação entre saberes em prol da efetividade dos direitos humanos e fundamentais.

Referências temáticas

- 1) A teoria da interpretação de Emilio Betti.
- 2) A Hermenêutica na matriz fenomenológica, especialmente na filosofia de Heidegger, Gadamer, Lévinas e Merleau-Ponty.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

PROCESSO SELETIVO 2017
ANEXO III dos EDITAIS – MESTRADO E DOUTORADO
Referências Temáticas e Bibliográficas

- 3) A Hermenêutica e o meio ambiente.
- 4) A Hermenêutica e o papel do intérprete no Estado Democrático de Direito.
- 5) A Hermenêutica dos direitos da pessoa.
- 6) A Hermenêutica e a Bioética.
- 7) Hermenêutica, linguagem e argumentação.
- 8) A Hermenêutica e a Literatura.
- 9) A Hermenêutica da afetividade: do texto à existência.
- 10) Hermenêutica, poder e ordem.

Referências bibliográficas:

COMPAGNON, Antoine. *Literatura para quê?* Tradução de Laura Taddei Brandini. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

DERRIDA, Jacques. *Essa estranha instituição chamada Literatura*. Tradução de Marileide Dias Esqueda. Belo Horizonte: UFMG, 2014.

GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e método*. Tradução de Flávio Paulo Meurer. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

HEIDEGGER, Martin. *Ser e tempo*. Tradução de Fausto Castilho. Campinas: Unicamp; Petrópolis: Vozes, 2012.

MEGALE, Maria Helena Damasceno e Silva. A compreensão virtuosa do direito. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Belo Horizonte, v. 97, n. 03, p. 71-104, jan./jun. 2008.

_____. *A fenomenologia e a hermenêutica jurídica*. Belo Horizonte: Faculdade de Direito da UFMG, 2007.

_____. A teoria da interpretação jurídica: um diálogo com Emilio Betti. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Belo Horizonte, v. 91, n. 06, p. 145-169, jan./jun. 2005.

_____. Hermenêutica jurídica e linguagem: nas dobras da fala com Merleau-Ponty. In: MEGALE, Maria Helena Damasceno e Silva (Org.). *Temas de Hermenêutica Jurídica*. Belo Horizonte: Imprensa Universitária da UFMG, 2013. p. 17-42.

_____. Introdução à ontologia heideggeriana e ao meio ambiente: abertura do ser para o infinito da existência com o outro. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Belo Horizonte, v. 99-B, n. 09, pp.209-227, jul./dez. 2009.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO**

**PROCESSO SELETIVO 2017
ANEXO III dos EDITAIS – MESTRADO E DOUTORADO
Referências Temáticas e Bibliográficas**

_____. O induzimento como forma de violência e injustiça no processo juspolítico. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Belo Horizonte, v. 100, n. 10, p. 173-216, jan./jun. 2010.

_____. Uma recordação da retórica no Fedro de Platão ou a força de resposta do discurso juspolítico inspirado na ideia de justiça. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Belo Horizonte, v. 98, n. 12, p. 337-360, jul./dez. 2008.

<p>LINHA DE PESQUISA 3 HISTÓRIA, PODER, E LIBERDADE</p>
--

Área de Estudo: H-01 – História, Reconhecimento e Novos Saberes Jurídicos

Referências temáticas

- 1) A(s) identidade(s) do(s) “sujeito(s) constitucional (is)” (*Constitutional Subject*)
- 2) O direito brasileiro e o tema da escravidão;
- 3) A qualidade do Ensino Jurídico no Brasil Imperial;
- 4) O debate entre conservadores e liberais sobre quem deve ser o guardião da Constituição na Primeira República brasileira: tentativas de (re)ocupação do lugar simbólico da identidade do “sujeito constitucional”;
- 5) Ciência Histórica, Hermenêutica e Reconhecimento: o sentido da história;
- 6) Desconstrução, Filosofia Crítica da História e Reconstrução para uma nova história do processo de constitucionalização brasileiro;
- 7) Transição política brasileira, Constitucionalização, Democracia sem espera;
- 8) Formação histórica do direito privado brasileiro;
- 9) O direito brasileiro e o combate à pobreza;



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

PROCESSO SELETIVO 2017
ANEXO III dos EDITAIS – MESTRADO E DOUTORADO
Referências Temáticas e Bibliográficas

- 10) Direito e Justiça: redistribuição e/ou reconhecimento;
- 11) Trabalho, reconhecimento e/ou redistribuição.

Referências bibliográficas

ALVES, Adamo Dias; CATTONI DE OLIVEIRA, Marcelo Andrade; GOMES, David Francisco Lopes. *Constitucionalismo e Teoria do Estado: Ensaio de História e Teoria política*. Belo Horizonte: Arraes, 2013.

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2009.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez, 1995.

CATTONI DE OLIVEIRA, Marcelo Andrade e GOMES, David. *Constitucionalismo e Dilemas da Justiça*. Belo Horizonte: Initia Via, 2014.

CATTONI, Marcelo (coord.). *Constitucionalismo e História do Direito*. Belo Horizonte: Pergamum, 2011, caps. 1 (p.19-59), 2 (p.61-90), 7 (p.207-247) e 8 (p.249-288).

FLEISCHACKER, Samuel. *Uma Breve História da Justiça Distributiva*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

FRASER, Nancy e HONNETH, Axel. *Redistribución o reconocimiento? Un debate político-filosófico*. Madrid: Morata, 2006.

HONNETH, Axel. *El derecho de la libertad. Esbozo de una eticidad democrática*. Buenos Aires: Katz, 2014.

SALCEDO REPOLÊS, Maria Fernanda. *Identidade do sujeito constitucional e controle de constitucionalidade: raízes históricas do Supremo Tribunal Federal*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2010.

SALCEDO REPOLÊS, Maria Fernanda. *Quem deve ser o guardião da constituição? Do Poder Moderador ao Supremo Tribunal Federal*. Belo Horizonte: Mandamentos, 2008.

SALCEDO REPOLÊS, Maria Fernanda; PRATES, Francisco Castilho. El 'territorio' de la FIFA: una democracia elitista, la soberanía de la exclusión? *Pensamiento Jurídico*, v. 40, p. 69-84, 2015.

Área de Estudo: H-02 – Filosofia do Poder e Pensamento Radical

Referências temáticas



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

PROCESSO SELETIVO 2017
ANEXO III dos EDITAIS – MESTRADO E DOUTORADO
Referências Temáticas e Bibliográficas

- 1) Iluminismo e revoluções: emancipação política?
- 2) Marxismo e revoluções: emancipação humana?
- 3) Crítica ao liberalismo e ao capitalismo.
- 4) Crítica ao Direito e ao Estado: trabalho, ideologia e poder.
- 5) Teoria Crítica contra Teoria Tradicional.
- 6) Biopolítica e estado de exceção.
- 7) Poder, violência e teologia política.
- 8) Democracia radical: multidão, utopia e resistências.
- 9) Estruturas de opressão e identidades.
- 10) Decolonialismos e crítica à Modernidade.

Referências bibliográficas

CASSIRER, Ernst. A Filosofia do Iluminismo. Trad. Álvaro Cabral. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994. Cap. 1. O pensamento da Era do Iluminismo, p. 19-64.

MARX, Karl. *Sobre a questão judaica*. Trad. Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2010.

LOSURDO, Domênico. *Contra-história do liberalismo*. Trad. Giovanni Semeraro. Revan: São Paulo, 2006.

PACHUKANIS, Evgeny. *Teoria geral do direito e o marxismo*. Trad. Paulo Bessa. Rio de Janeiro: Renovar, 1989. Cap. 2. Ideologia e Direito, p. 37-46 e Cap. 4. Mercadoria e Sujeito, p. 68-89.

HORKHEIMER, Max. Teoria tradicional e teoria crítica. In: Benjamin, Horkheimer, Adorno, Habermas. Coleção os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1975.

AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção*. Trad. Iraci D. Poleti. São Paulo: Boitempo, 2004.

MATOS, Andityas Soares de Moura Costa. *NÓMOS PANTOKRÁTOR? apocalipse, exceção, violência*. In: *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, nº 105, Belo Horizonte: Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, pp. 277-342, jul./dez. 2012

MATOS, Andityas Soares de Moura Costa. *Filosofia radical e utopia: inapropriabilidade, an-arquia, anomia*. Rio de Janeiro: Via Verita, 2014.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

PROCESSO SELETIVO 2017
ANEXO III dos EDITAIS – MESTRADO E DOUTORADO
Referências Temáticas e Bibliográficas

FRASER, Nancy. O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história. *Mediações*, vol.14, n.2, p.11-33, 2009.

MIGNOLO, Walter. DELINKING: The Rhetoric of modernity, the logic of coloniality and the grammar of de-coloniality, *Cultural Studies*, 21:2, March 2007: 449-514.

Área de Estudo: H-03 – Internacionalização do Direito, Justiça de Transição e Jurisdição Constitucional na consolidação da Democracia

Referências temáticas

- 1) Transição Política Brasileira, Constitucionalização, Democracia sem espera;
- 2) Transitologia e Justiça de Transição;
- 3) Constitucionalismo, Justiça de Transição e Estado de Direito;
- 4) Constitucionalismo Democrático e Internacionalização do Direito;
- 5) Judicialização da Justiça de Transição;
- 6) Poder Judiciário, Autoritarismo e Reformas Institucionais;
- 7) Constituição Brasileira de 1988, Jurisdição Constitucional e Teorias da Argumentação Jurídica;
- 8) Ponderação de Valores, Construtivismo Jurídico e Teoria Discursiva do Direito;
- 9) Responsabilização, Crimes contra a Humanidade e Justiça de Transição;
- 10) Direito à Memória e à Verdade.

Referências bibliográficas

ALVES, Adamo Dias; CATTONI DE OLIVEIRA, Marcelo Andrade; GOMES, David Francisco Lopes. *Constitucionalismo e Teoria do Estado: Ensaios de História e Teoria Política*. Belo Horizonte: Arraes, 2013.

ARTHUR, Paige. Como as “transições” reconfiguram os direitos humanos: uma história conceitual da justiça de transição. In RÉATEGUI, Félix (org.). *Justiça de Transição: Manual para a América Latina*. Brasília, Nova York: Centro Internacional para a Justiça de Transição, 2011, p. 73-134.

PROCESSO SELETIVO 2017
ANEXO III dos EDITAIS – MESTRADO E DOUTORADO
Referências Temáticas e Bibliográficas

CATTONI DE OLIVEIRA, Marcelo Andrade. Art. 1º, Democracia, Comentários. In CANOTILHO, José Joaquim Gomes. MENDES, Gilmar Ferreira. STRECK, Lênio Luiz. SARLET, Ingo Wolfgang (orgs.). *Comentários à Constituição do Brasil*. São Paulo: Saraiva, 2014.

CATTONI DE OLIVEIRA, Marcelo Andrade. Democracia *sem* espera e processo de constitucionalização: uma crítica aos discursos oficiais sobre a chamada “transição política brasileira”. BRASIL. Comissão de Anistia. Ministério da Justiça. *Revista Anistia Política e Justiça de Transição*. N. 3 (jan./jun. 2010). Brasília: Ministério da Justiça, 2010, p. 200-230.

CATTONI DE OLIVEIRA, Marcelo Andrade. *Devido Processo Legislativo*. Belo Horizonte: Fórum, 2015.

CATTONI DE OLIVEIRA, Marcelo Andrade. *Processo Constitucional*. Belo Horizonte: Fórum, 2015.

CATTONI DE OLIVEIRA, Marcelo Andrade (coord.). *Constitucionalismo e História do Direito*. Belo Horizonte: Pergamum, 2011, caps. 1 (p.19-59), 2 (p.61-90), 7 (p.207-247) e 8 (p. 249-288).

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. *Relatório*. Volume I. Brasília: Comissão Nacional da Verdade, 2014. Capítulo 1 (p. 19 a 46); Capítulo 3 (p. 85-110); Capítulo 7 (p. 277 a 300).

GARGARELLA, Roberto. *La Sala de Máquinas de la Constitución: dos siglos de Constitucionalismo en la América Latina (1810-2010)*. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2010.

JACKSON, Vicki C. *Constitutional Engagement in a Transnational Era*. Nova Iorque: Oxford University Press, 2010. Introdução, Capítulo 1, Capítulo 2 e Capítulo 3 (p. 1-102).

MEYER, Emilio Peluso Neder. *A Decisão no Controle de Constitucionalidade*. São Paulo: Método, 2008.

MEYER, Emilio Peluso Neder. *Ditadura e Responsabilização: Elementos para uma Justiça de Transição no Brasil*. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2012.

MEYER, Emilio Peluso Neder. CATTONI DE OLIVEIRA, Marcelo Andrade (orgs.). *Justiça de Transição nos 25 Anos da Constituição de 1988*. 2ª ed. Belo Horizonte: Initia Via, 2014. Introdução (p. 9-36); Capítulo X (p. 350-412); Capítulo XV (p. 526-568).

MEYER, Emilio Peluso Neder. Crimes Contra a Humanidade praticados pela Ditadura de 1964-1985: Direito à Memória e à Verdade, Dever de Investigação e Inversão do Ônus da Prova. In COMISSÃO DA VERDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Relatório*. Tomo IV. Relatório sobre a Morte do Presidente Juscelino Kubitschek. São Paulo: 2015. Disponível em < <http://verdadeaberta.org/relatorio/tomo-iv>>. Acesso em 29 abr. 2015.

MEYER, Emilio Peluso Neder. CATTONI DE OLIVEIRA, Marcelo Andrade. TORELLY, Marcelo Delmás. SILVA FILHO, José Carlos Moreira da. PAIXÃO, Cristiano. *Não há anistia para crimes contra a humanidade – partes I e II*. Disponível em < <http://www.conjur.com.br/2014-set-15/nao-anistia-crimes-humanidade-parte>> e < <http://www.conjur.com.br/2014-set-16/nao-anistia-crimes-humanidade-parte-ii>>. Acesso em 21 out. 2014.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

PROCESSO SELETIVO 2017
ANEXO III dos EDITAIS – MESTRADO E DOUTORADO
Referências Temáticas e Bibliográficas

PEREIRA, Anthony W. *Ditadura e Repressão: o autoritarismo e o estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina*. Trad. Patrícia de Queiroz Carvalho Zimbres. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

QUINALHA, Renan Honório. *Justiça de Transição: Contornos do Conceito*. São Paulo: Outras Expressões e Dobra Universitário, 2013.

TEITEL, Ruti G. *Transitional Justice*. Nova Iorque: Oxford University Press: 2002.

Área de Estudo: H-04 – Direito Internacional Privado, Direito Comparado e Estudos Culturais

Referências temáticas:

- 1) Universalismo ocidental e relativismo cultural;
- 2) O direito e a cultura (ou a cultura do direito);
- 3) Globalização, identidades e conflito de culturas;
- 4) Os grandes sistemas jurídicos contemporâneos;
- 5) As culturas e os direitos dos BRICS;
- 6) As culturas e os direitos da Ásia oriental;
- 7) Reavaliação dos métodos e novas perspectivas no Direito Comparado;
- 8) Direito Internacional Privado, governança global e críticas ao método clássico-conflitual;
- 9) O público e o privado na ordem jurídica internacional;
- 10) Mobilidade, diversidade, minorias e o Direito Internacional Privado.

Referências bibliográficas

BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: As consequências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999;
idem, *Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

DELMAS-MARTY, Mireille. *Le Relatif et l'Universel: les forces imaginaires du droit*. Paris: Seuil, 2004.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

PROCESSO SELETIVO 2017
ANEXO III dos EDITAIS – MESTRADO E DOUTORADO
Referências Temáticas e Bibliográficas

DELMAS-Marty, Mireille. *Le pluralisme ordonné*. Paris: Seuil, 2006 (Trad. Inglês: Ordering pluralism: a conceptual framework for understanding the transnational legal world. Oxford, London: Hart, 2009).

GERBER, David J. *Globalization and legal knowledge*: implications for comparative law, in: Tulane law review; vol. 75, n.4, 2001, p. 949-975.

JAYME, Erik. Identité culturelle et intégration: le droit international privé postmoderne. Cours général de droit international privé. *Recueil des cours*, vol 251 (1995), p.9-267.

JULLIEN, François. *O diálogo entre as culturas*: do universal ao multiculturalismo. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

LEGRAND, Pierre. *Le Droit Comparé*. Paris: Puff, 2009.

LOSANO, Mario G. *Os Grandes Sistemas Jurídicos*. Trad. Marcela Varejão. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

MILLS, Alex. *The confluence of public and private international law*: justice, pluralism and subsidiarity in the international constitutional ordering of private law. Cambridge: Cambridge University Press, 2010

_____. The Private History of International Law. *International and Comparative Law Quarterly*, vol. 55, n 1, 2006, p. 1-50.

MONATERI, Piergiuseppe (ed.). *Methods of Comparative Law*. Research handbooks in comparative law. Cheltenham: Edward Elgar, 2010.

MUIR-WATT, Horatia. La fonction subversive du droit compare. *Revue internationale de droit comparé*, vol.52, n.3, 2000, p. 503-527.

POLIDO, Fabrício; RAMOS, Marcelo. *O Direito Chinês Contemporâneo*. Lisboa/São Paulo: Almedina, 2015.

POLIDO, Fabrício B.P. “A família nas relações privadas transnacionais: aportes metodológicos do Direito Internacional Privado”, in *Tratado de Direito das Famílias*. IBDFAM: Belo Horizonte, 2015. p.855-900.

POLIDO, Fabrício B.P. A Pessoa Jurídica estrangeira no Direito Internacional Privado: Entre a origem, o reconhecimento e a mobilidade”, in Carmem TIBÚRCIO, Wagner MENEZES e Raphael VASCONCELLOS (coord.) *Panorama do Direito Internacional Privado atual e outros temas contemporâneos*. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2015, p. 248-286.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

PROCESSO SELETIVO 2017
ANEXO III dos EDITAIS – MESTRADO E DOUTORADO
Referências Temáticas e Bibliográficas

RILES, Annelise (ed). *Rethinking the masters of comparative law*. Oxford, Cheltenham: Hart, 2001.

STUENKEL, Oliver. *The BRICS and the Future of Global Order*. New York: Rowman & Littlefield, 2015.

WALLERSTEIN, Immanuel. *O universalismo europeu: a retórica do poder*. Trad. Beatriz Medina. São Paulo: Boitempo, 2007.

Área de Estudo: H-05 – Ordem Jurídica Transnacional e Tecnologia

Referências temáticas

- 1) Estado, ordem jurídica transnacional e a construção da governança global da internet. Pluralismo jurídico, identidades e fragmentação do direito na arquitetura global da internet. Valores instrumentais e éticos da sociedade global do conhecimento (*Global Knowledge Society*).
- 2) Interface entre direito internacional público e direito internacional privado na regulamentação das novas tecnologias e internet.
- 3) Direito internacional privado e propriedade intelectual. Fundamentos. Questões e desafios impostos pelas novas tecnologias e pela internet ao método e função do direito internacional privado.
- 4) Compartilhamento e convergência de competências das organizações internacionais e regulamentação das novas tecnologias e da inovação.
- 5) Agenda da OMPI para o Desenvolvimento e transferência de tecnologia. Questões relativas à harmonização e uniformização das normas da propriedade intelectual em transferência de tecnologia.
- 6) Direito internacional privado, territorialidade e internet. Aspectos relativos à lei aplicável, jurisdição, solução de litígios pluriconectados e cooperação jurídica internacional.
- 7) Direito internacional da propriedade intelectual, harmonização substantiva e regimes globais de proteção no Pós-TRIPS. Agenda da OMPI para o Desenvolvimento e novos perfis da elaboração normativa da PI.
- 8) Estado e cooperação internacional em matéria de ciência e tecnologia. Competências e programas das organizações internacionais. Cooperação na área da internet e plataformas



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

PROCESSO SELETIVO 2017
ANEXO III dos EDITAIS – MESTRADO E DOUTORADO
Referências Temáticas e Bibliográficas

colaborativas em pesquisa e desenvolvimento.

9) Estado, “nova lex mercatoria” e arbitragem comercial internacional. Resolução de litígios privados transnacionais em ambientes de novas tecnologias.. Experiências das organizações internacionais e centros de arbitragem.

10) Acesso à internet como direito fundamental da pessoa humana na ordem internacional. A cidadania digital como paradigma da cibercultura na sociedade global do conhecimento.

Referências bibliográficas

BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: As conseqüências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999; idem, *Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

DE BEER, Jeremy (ed.) *Implementing the World Intellectual Property Organization's development agenda*. Waterloo: Wilfred Laurier University Press, 2009.

DELMAS-MARTY, Mireille. *Le pluralisme ordonné*. Paris: Seuil, 2006. Trd. Inglês: *Ordering pluralism: a conceptual framework for understanding the transnational legal world*. Oxford, London: Hart, 2009.

DE NARDIS, Laura. *Protocol Politics: The Globalization of Internet Governance*, MIT Press, 2009.

ENGEL, Christopher e KELLER, Kenneth H. (eds.), *Governance of Global Networks in the Light of Differing Local Values*. Baden-Baden: Nomos 2000.

FAWCETT, J.J. e TORREMANS, Paul. (eds.), *Intellectual Property and Private International Law*, Oxford: Oxford University Press, 2011.

GERVAIS, Daniel (ed.) *International Intellectual Property A Handbook of Contemporary Research*. Cheltenham, UK/Northampton, 2015.

GOLDSMITH, Jack L. e WU, Tim. *Who Controls the Internet? Illusions of a Borderless World*. Oxford, New York: Oxford Univ. Press 2006.

GOLDSMITH, Jack L. The Internet and the Abiding Relevance of Territorial Sovereignty, in *Indiana Journal of Global Legal Studies* n.5, (1998), p.475; Regulation of the Internet: Three Persistent Fallacies, in: *Chicago-Kent Law Review*, vol. 73, (1998), p.1119.

JAYME, Erik. Identité culturelle et intégration: le droit international privé postmoderne. Cours général de droit international privé, in *Recueil des cours*, vol 251 (1995), p.9-267.

MILLS, Alex. *The confluence of public and private international law: justice, pluralism and subsidiarity in the international constitutional ordering of private law*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010; idem, The Private History of International Law, in *International and Comparative Law Quarterly*, vol. 55, n 1, 2006, p. 1-50.

POLIDO, Fabrício B. P. *Direito Internacional da propriedade intelectual: fundamentos, princípios e desafios*. 1ª. Ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2013.

SHULTZ, Thomas. *Information Technology and Arbitration*. Alphen aan den Rijn: Kluwer Law International, 2006; idem, *Online Dispute Resolution: Challenges for Contemporary Justice* (com G. Kaufmann-Kohler, The Hague: Kluwer Law International, 2004.

TEUBNER, Gunther. *Global law without a state*. Aldershot: Dartmouth. 1997.

Área de Estudo: H-06 – Trabalho e Democracia

Referências temáticas

- 1) Constitucionalismo social, cidadania trabalhista e direitos fundamentais “ao” e “no” trabalho.
- 2) A crítica do Direito do Trabalho, passado e futuro: capitalismo, poder, subjetividade e resistência.
- 3) Repensar os elementos da relação de emprego e o perímetro do Direito do Trabalho.
- 4) Liberdade sindical: atores coletivos, legitimidades e antissindicalidades.
- 5) Instrumentos democráticos no Direito do Trabalho: negociação coletiva, greve e cogestão, em formas típicas, inovadoras e globais.
- 6) O empregador complexo: redes de exploração e a dissociação entre poder e responsabilidade na desconcentração produtiva.
- 7) As margens do mundo do trabalho: informalidade, opressão, discriminação e exclusão jurídica.
- 8) Trabalho escravo contemporâneo: epistemologia e desafios.
- 9) Capital global, trabalho local: repensar as formas do Direito Internacional do Trabalho.
- 10) O acesso concreto à justiça social: instrumentos inovadores de efetivação institucional e processual da tutela trabalhista.

Referências bibliográficas



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

PROCESSO SELETIVO 2017
ANEXO III dos EDITAIS – MESTRADO E DOUTORADO
Referências Temáticas e Bibliográficas

ALVES, Giovanni. *Trabalho, subjetividade e capitalismo manipulatório: o novo metabolismo social do trabalho e a precarização do homem que trabalha*. Disponível em http://www.giovannialves.org/Artigo_GIOVANNI%20ALVES_2010.pdf.

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999.

BARBATO, Maria Rosaria; PEREIRA, F. S. M. A proteção em face de condutas anti-sindicais: a ausência de uma legislação sistemática protetiva e os novos ataques ao direito fundamental à liberdade sindical. *Anais do XXI Encontro Nacional do CONPEDI*: Florianópolis: CONPEDI, 2012. p. 3395-3421.

BAYLOS, Antonio. Globalización y Derecho del Trabajo: realidad y proyecto. *Cuadernos de Relaciones Laborales*, Madri, n. 15, p. 19-49, 1999.

DAVIDOV, Guy, LANGILLE, Brian (orgs.). *Boundaries and frontiers of Labour Law: goals and means in the regulation of work*. Oxford: Hart, 2006.

DELGADO, Mauricio Godinho. *Capitalismo, trabalho e emprego*. 2 ed. São Paulo: LTr, 2015.

MIRAGLIA, Livia Mendes Moreira. *Trabalho escravo contemporâneo: conceituação à luz do princípio da dignidade da pessoa humana*. 2 ed. São Paulo: LTr, 2015.

SILVA, Antônio Álvares da; PAULA, Carlos Alberto Reis de. *Ética, justiça e trabalho no século XXI*. Belo Horizonte: RTM, 2013.

SUPIOT, Alain. *O espírito de Filadélfia: a justiça social diante do mercado total*. Trad. Tânia do Valle Tschiedel. Porto Alegre: Sulina, 2014.

VIANA, Márcio Túlio. Da greve ao boicote: os vários significados e as novas possibilidades das lutas operárias. *Revista da Faculdade de Direito da UFMG*. Belo Horizonte, n. 50, p. 239-264, jan./jul. 2007.

Área de Estudo: H-07 – Direito e Interdisciplinaridade

Referências temáticas

- 1) Pessoa, informação e self;
- 2) Pessoa, identidade e mente;
- 3) Pessoa, corpo e valor;



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

PROCESSO SELETIVO 2017
ANEXO III dos EDITAIS – MESTRADO E DOUTORADO
Referências Temáticas e Bibliográficas

- 4) Pessoa e autonomia/livre-arbítrio;
- 5) Pessoa em questão: liberdade, determinismo e responsabilidade;
- 6) Neuroética: neurociência da ética e ética da neurociência.

Referências bibliográficas

CARDOSO, Renato César. A ideia de justiça em Schopenhauer. Belo Horizonte: Argymentvm, 2008.

CURCHLAND, P. Matéria e consciência: Uma introdução contemporânea à filosofia da mente. Ed. Unesp, 2004.

FLORIDI, Luciano. The Informational Nature of Personal Identity. *Minds & Machines*, v. 21, n. 4, p. 549-566, 2011.

FLORIDI, Luciano. *The Ethics of Information*. Oxford: Oxford University Press, 2013.

GOFFMAN, Erving. *The Presentation of the Self in Everyday Life*. New York: Doubleday, 1959.

HONNETH, Axel. *Reification: A new look at an old idea*. Oxford: Oxford University Press, 2008.

HONNETH, Axel. *The I in We: Studies in the Theory of Recognition*. Cambridge: Polity, 2012.

HOOD, Bruce. *The Self Illusion: How the Social Brain Creates Identity*. Oxford University Press, 2012.

INGOLD, Tim. *The Perception of the Environment: Essays on livelihood, dwelling and skill*. Abingdon: Routledge, 2011.

LEVY, Neil. Enhancing authenticity. *Journal of Applied Philosophy*, v. 28, n. 3, p. 308-318, 2011. MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2003, p. 367-423.

MORSE, Stephen. New neuroscience, old problems: legal implications of brain science. *Cerebrum*, p. 81-90 (2004).

PARFIT, Derek. *Reasons and Persons*. Oxford: Oxford University Press, 1984, p. 197-347.

PEREBOON, Derk. Determinism al dente. *Noûs*, Vol. 29, No. 1 (Mar., 1995), pp. 21-45.

RIBEIRO, Daniel Mendes. *De Coisas a Pessoas: Sistemas, Emergência e Reconhecimento a partir de um Estudo da Escravidão no Brasil*. Belo Horizonte, UFMG, 2012. (Dissertação de Mestrado).

ROUANET, Sergio Paulo. O Homem Máquina Hoje. In: NOVAES, Adauto. *O Homem Máquina: A Ciência Manipula o Corpo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 37-64.

SAVULESCU, Julian. *Unfit for the Future: The need for moral enhancement*. Oxford: Oxford University Press, 2012.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO**

**PROCESSO SELETIVO 2017
ANEXO III dos EDITAIS – MESTRADO E DOUTORADO
Referências Temáticas e Bibliográficas**

SAVULESCU, Julian; SANDBERG, Anders; KAHANE, Guy. Well-Being and Enhancement. *In*: SAVULESCU, Julian; MEULEN, Ruud ter; KAHANE, Guy (Org.). Enhancing Human Capacities. Oxford: Blackwell, 2011, p. 7.

SAVULESCU, Julian; SANDBERG, Anders; KAHANE, Guy. Enhancing Human Capacities. Wiley-Blackwell, 2011, p. 3-67.

SEARLE, John R. Making the Social World: The structure of human civilization. Oxford: Oxford University Press, 2010.

SINGER, Peter. Ethics and intuitions. The Journal of Ethics October 2005, Volume 9, Issue 3-4, pp 331-352.

SPAEMANN, Robert. Persons: The difference between 'someone' and 'something'. Oxford: Oxford University Press, 1996, p. 2 e 17.

STANCIOLI, Brunello. Renúncia ao Exercício de Direitos da Personalidade Ou Como Alguém se Torna o que Quiser. Belo Horizonte: Del Rey, 2010.

STANCIOLI, Brunello; CARVALHO, Nara Pereira. Da Integridade Física ao Livre Uso do Corpo: Releitura de um Direito da Personalidade. *In*: TEIXEIRA, Ana Carolina Brochado; RIBEIRO, Gustavo Pereira Leite (Org.). Manual de Teoria Geral do Direito Civil. Belo Horizonte: Del Rey, 2011, p. 267-285.

TAYLOR, Charles. As Fontes do Self: A construção da identidade moderna. São Paulo: Loyola, 1997.

TAYLOR, Charles. The Ethics of Autenticity. Cambridge: Harvard University Press, 1991.

Área de Estudo: H-08 – Direito Penal, Filosofia do Direito e Interdisciplinaridade

Referências temáticas

- 2) Direito, moral e religião: fundamentos, interseções, distinções;
- 3) Teorias da pena;
- 4) Princípios constitucionais do Direito Penal;
- 5) Democracia e garantismo;
- 6) Imputabilidade;
- 7) Livre-arbítrio, determinismo e (in)exigibilidade de conduta diversa;
- 8) Cultura e natureza humana;
- 9) Ser e dever ser, falácia naturalista;



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO**

**PROCESSO SELETIVO 2017
ANEXO III dos EDITAIS – MESTRADO E DOUTORADO
Referências Temáticas e Bibliográficas**

- 10) Neurociência e crime;
- 11) Psicologia e crime;
- 12) Direito ao próprio corpo e biopolítica.

Referências bibliográficas

BATISTA, Nilo. Introdução crítica ao Direito Penal brasileiro . 4ª ed. Rio de Janeiro: Revan: 2001. 136p. (§8º a §13º)

FERRAJOLI, Luigi. Direito e razão: teoria do garantismo penal. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002. 768p. (cap. 2, 4 a 8).

VIANNA, Túlio. Um outro direito. Fórum. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014.

VIANNA, Túlio. Transparência pública, opacidade privada: o Direito como instrumento de limitação do poder na sociedade de controle. Rio de Janeiro: Revan, 2007. 232 p.

VIANNA, Túlio; MATTOS, Geovana Tavares de. A inconstitucionalidades da conduta social e personalidade do agente como critérios de fixação da pena., in Anuario de Derecho Constitucional Latinoamericano, v. 14, p. 305-323, 2008. (disponível em: <www.tuliovianna.org>).

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. BATISTA, Nilo. ALAGIA, Alejandro. SLOKAR, Alejandro. Direito Penal Brasileiro: primeiro volume Teoria Geral do Direito Penal. Rio de Janeiro: Revan, 2003. (ZAFFARONI: §1 a 7 e §10 a 12)

ZIMBARDO, Philip. O efeito Lúcifer. Record: 2012. Cap. 12 e 13. PEREBOON, Derk. Free will skepticism and criminal punishment. in The Future of Punishment, Thomas Nadelhoffer, ed., New York: Oxford University Press, 2013, pp. 49-78.

HAIDT, Jonathan. The emotional dog and its rational tail. Psychological Review. 2001. Vol. 108. No. 4, 814-834

GREENE, Joshua. For the law, neuroscience changes nothing and everything. Phil. Trans. Royal Society, London. B(2004) 359, 1775–1785

GREENE, Joshua. From neural 'is' to moral 'ought': what are the moral implications of neuroscientific moral psychology? Nature Reviews Neuroscience 4, 846-850 (October 2003).

PINKER, Steven. Tábula rasa: a negação contemporânea da natureza humana. Companhia das Letras, 2004. Parte I-IV.

LIBET, Benjamin. Do We Have Free Will? Journal of Consciousness Studies, 6, No. 8-9, 1999, pp. 47-57.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

PROCESSO SELETIVO 2017
ANEXO III dos EDITAIS – MESTRADO E DOUTORADO
Referências Temáticas e Bibliográficas

Área de Estudo: H-09 – Direito Civil na Interdisciplinaridade

Referências temáticas

- 1) Direito Civil e personalidade
- 2) Direito Civil e negocialidade: autonomia, confiança e solidariedade.
- 3) Princípios jurídicos do Direito Civil e sua interpretação
- 4) Direito Civil na América Latina: estudos comparativos
- 5) Direito Civil nos países lusófonos: estudos comparativos
- 6) Direito Civil e pobreza
- 7) Direito Civil, laicidade e pluralidade religiosa
- 8) Ensino do Direito Civil: desafios e possibilidades
- 9) Direito Civil, codificação e crise do Estado-Nação
- 10) Direito Civil e proteção dos vulneráveis

Referências bibliográficas

CATROGA, Fernando. **Entre Deuses e Césares. Secularização, Laicidade e Religião Civil**. 2. Ed. Lisboa: Almedina, 2010.

HABERMAS, Jurgen. **A Constelação Pós-Nacional**. São Paulo: Littera Mundi, 2001

MENEZES CORDEIRO, António. **Tratado de Direito Civil**. 4. ed. reformulada e atualizada. Coimbra: Almedina, 2012. (Parte I, Capítulo II – A Cultura do Direito Civil; Parte I, Capítulo III – Gênese e Evolução do Direito Civil; Parte II, Capítulo I – O Sistema Lusófono de Direito).

PEREIRA, Fabio Queiroz; MORAIS, Luísa Cristina de Carvalho; LARA, Mariana Alves (Orgs.). **A Teoria das Incapacidades e o Estatuto da Pessoa com Deficiência**. Belo Horizonte: D'Plácido, 2016.

PEREIRA, Fabio Queiroz. O direito comercial e a formação histórica do princípio da boa-fé objetiva. **Scientia Iuris**, Londrina, v.17, n.2, p. 9-28, dez. 2013.

REITZ, John C. How to Do Comparative Law. **The American Journal of Comparative Law**, Michigan, Vol. 46, p. 617-636, 1998.

ROBERTO, Giordano Bruno Roberto. **História do Direito Civil Brasileiro: Ensino e Produção Bibliográfica nas Academias Jurídicas do Império**. Belo Horizonte: Arraes, 2016.

STANCIOLI, Brunello. **Renúncia ao Exercício de Direitos de Personalidade: ou Como Alguém se Torna o que Quiser**. Belo Horizonte: Del Rey, 2010.

ZANITELLI, Leandro Martins. **Direito privado, justiça distributiva e o argumento da dupla distorção: uma revisão da literatura**. Revista Brasileira de Políticas Públicas, v. 5, p. 318-332, 2015.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

PROCESSO SELETIVO 2017
ANEXO III dos EDITAIS – MESTRADO E DOUTORADO
Referências Temáticas e Bibliográficas

Área de Estudo: E-01 – Filosofia do Estado e Cultura Jurídica

Referências temáticas

- 1) Cultura política grega.
- 2) História das instituições políticas romanas.
- 3) O Direito como fundamento do poder político e do poder religioso no Medievo.
- 4) Representação versus Razão: o homem, o justo e a Filosofia Medieval.
- 5) Modernidade, entre Ilustração e Romantismo.
- 6) Política e História em Kant.
- 7) Hegel: dialética, historicidade e racionalidade.
- 8) Direito, coerção e liberdade.
- 9) Razão e destino do Estado de Direito.
- 10) Dignidade humana, entre o ocidental e o universal.

Referências bibliográficas

- COSTA, Pietro. *Civitas: Storia della cittadinanza in Europa*. 4 v. Roma: Laterza, 1999-2002.
- COSTA, Pietro, ZOLO, Danilo (orgs.). *O Estado de Direito; história, teoria, crítica*. Trad. Carlo Alberto Dastoli. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- DUQUE, Félix. *Historia de la Filosofía Moderna; la era de la crítica*. 2. ed. Madrid: Akal, 1998.
- HEGEL, G.W.F. *Filosofia da História*. Trad. Maria Rodrigues e Hans Harden. 2. ed. Brasília: EdUnB, 1999.
- HORTA, José Luiz Borges. *História do Estado de Direito*. São Paulo: Alameda, 2011.
- MATA MACHADO, Edgar de Godói da. *Direito e Coerção*. 2. ed. São Paulo: Unimarco, 1999. MAYOS, Gonçal. *Macrofilosofia de la Modernidad*. Sevilla: dLibro, 2012.
- REALE, Miguel. *Teoria do Direito e do Estado*. 5.ed. São Paulo: Saraiva, 2000. SALGADO, Joaquim Carlos. *A Idéia de Justiça em Hegel*. São Paulo: Loyola, 1996.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

PROCESSO SELETIVO 2017
ANEXO III dos EDITAIS – MESTRADO E DOUTORADO
Referências Temáticas e Bibliográficas

SALGADO, Joaquim Carlos. *A Ideia de Justiça em Kant*, seu fundamento na liberdade e na igualdade. 3. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2012.

SALGADO, Joaquim Carlos; HORTA, José Luiz Borges (Orgs.). *Hegel, Liberdade e Estado*. Belo Horizonte: Fórum, 2010.

SALGADO, Karine. *A Filosofia da Dignidade Humana*, a contribuição do alto medievo. Belo Horizonte: Mandamentos, 2009.

SALGADO, Karine. *A Filosofia da Dignidade Humana*, porque a essência não chegou ao conceito. 2. ed. Belo Horizonte: Mandamentos, 2011.

SALGADO, Karine. *A Paz Perpétua de Kant*. Belo Horizonte: Mandamentos, 2008.

VAZ, Henrique Cláudio de Lima, S.J. *Escritos de Filosofia III*; Filosofia e Cultura. São Paulo: Loyola, 1997.

Área de Estudo: E-02 – Teoria da Justiça

Referências temáticas

- 1) Conhecimento científico e conhecimento filosófico do Direito.
- 2) Direito e valor.
- 3) Direito e coerção.
- 4) Direito e liberdade.
- 5) Direitos fundamentais.
- 6) Teoria da justiça no pensamento antigo e sua atualidade.
- 7) História do direito romano público e privado.
- 8) O problema da justiça no Idealismo Alemão.
- 9) Evolução ética do Estado de Direito.
- 10) Fundamentos filosóficos da hermenêutica jurídica.

Referências bibliográficas

BOBBIO, Norberto. *O positivismo jurídico*; lições de filosofia do direito. Trad. Márcio Pugliesi, Edson Bini e Carlos E. Rodrigues. São Paulo: Ícone, 1995.

FARALLI, Carla. *A filosofia contemporânea do direito*: temas e desafios. Tradução de Candice Premaor Gullo. São Paulo: Martins Fontes, 2006.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

PROCESSO SELETIVO 2017
ANEXO III dos EDITAIS – MESTRADO E DOUTORADO
Referências Temáticas e Bibliográficas

MATA MACHADO, Edgar de Godoi da. *Elementos de Teoria Geral do Direito*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1986.

SALGADO, Joaquim Carlos. *A Idéia de justiça em Kant: seu fundamento na Liberdade e na igualdade*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1995.

SALGADO, Joaquim Carlos. *A idéia de justiça em Hegel*. São Paulo: Loyola, 1996.

SALGADO, Joaquim Carlos. *A idéia de justiça no mundo contemporâneo: fundamentação e aplicação do Direito como o Maximum Ético*. Belo Horizonte: Del Rey, 2007.

Área de Estudo: E-03 – Estudos Estratégicos

Referências temáticas

- 1) Estado, soberania e constitucionalismo.
- 2) Geopolítica, Geoestratégia e Geodireito.
- 3) História do pensamento estratégico.
- 4) História dos Impérios, da antiguidade à turboglobalização: soberania territorial e soberania cultural.
- 5) Organizações transnacionais de segurança: Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas, Organização do Tratado do Atlântico Norte e Conselho de Defesa da União das Nações Sulamericanas.
- 6) A natureza da guerra: da guerra tribal à guerra tecnológica.
- 7) Guerra cibernética, guerras religiosas e guerras culturais.
- 8) Cenários geoestratégicos brasileiros.
- 9) Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa.
- 10) Missão constitucional das Forças Armadas e perspectivas de seu controle civil.

Referências bibliográficas

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *A Segunda Guerra Fria*, Geopolítica e dimensão estratégica dos Estados Unidos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

CABRAL, Severino. *Brasil megaestado*; Nova ordem mundial multipolar. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

COUTO E SILVA, Golbery do. *Geopolítica e Poder*. Rio de Janeiro: UniverCidade, 2003.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO**

**PROCESSO SELETIVO 2017
ANEXO III dos EDITAIS – MESTRADO E DOUTORADO
Referências Temáticas e Bibliográficas**

DUQUE, Félix; ROCCO, Valerio (eds.) *Filosofía del Imperio*. Madrid: Abada, 2010.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. *Desafios brasileiros na era dos gigantes*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

HORTA, José Luiz Borges. Urgência e emergência do constitucionalismo estratégico. *Revista Brasileira de Estudos Constitucionais*, v. 23, p. 783-806, 2012.

HUNTINGTON, Samuel P. *O Choque de Civilizações*; e a recomposição da ordem mundial. Trad. M. H. C. Côrtes. São Paulo: Objetiva, 1997.

LOSURDO, Domenico. *A Linguagem do Império*; léxico da ideologia estadunidense. Trad. Jaime A. Clasen. São Paulo: Boitempo, 2010.

MEIRAMATOS, Carlos de. *Geopolítica*. 3v. Rio de Janeiro: FGV e Biblioteca do Exército, 2011.

SALGADO, Joaquim Carlos. O Estado Ético e o Estado Poiético. *Revista do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais*, Belo Horizonte, v.27, n.2, p.37-68, abr./jun. 1998.

Belo Horizonte, 24 de junho de 2016.